

World
Resources
Report

RUMO A UMA CIDADE EQUITATIVA

Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis

SUMÁRIO EXECUTIVO

Anjali Mahendra, Robin King, Jillian Du, Aní Dasgupta,
Victoria A. Beard, Achilles Kallergis e Kathleen Schalch



WORLD
RESOURCES
INSTITUTE | ROSS
CENTER



SOBRE OS AUTORES

Anjali Mahendra é Diretora de Pesquisa Global no WRI Ross Center for Sustainable Cities. Ela é uma renomada especialista em políticas de uso do solo urbano, transporte e clima. Seu trabalho de pesquisa se concentra em como as cidades do Sul global podem fazer a gestão do crescimento urbano a fim de garantir acesso equitativo a serviços e infraestrutura essenciais e obter resultados econômicos e ambientais mais eficientes em termos de recursos. Ela lidera a área de pesquisa do WRI Ross Center, incluindo a série principal do World Resources Report, “Rumo a uma cidade equitativa”.

Robin King é Diretora de Captura de Conhecimento e Colaboração no WRI Ross Center for Sustainable Cities. Ela é economista e suas áreas de pesquisa abrangem economia política, economia urbana, desenvolvimento urbano comparativo e desenvolvimento orientado para o transporte inclusivo.

Jillian Du é Estrategista de Pesquisa e Engajamento no Climate and Clean Energy Equity Fund. Anteriormente, atuou como Gerente de Pesquisa para Cidades Inclusivas no WRI Ross Center for Sustainable Cities. Seu trabalho analítico tinha como foco as maneiras pelas quais as cidades podem criar comunidades resilientes e equitativas, ao mesmo tempo em que combatem as mudanças climáticas e garantem oportunidades econômicas.

Ani Dasgupta é presidente e CEO do World Resources Institute, onde trabalha para promover a visão global do instituto: melhorar a vida de todas as pessoas e garantir que a natureza possa prosperar. Liderança amplamente reconhecida nas áreas de cidades sustentáveis, desenho urbano e redução da pobreza, construiu sua trajetória somando experiências que variam desde organizações sem fins lucrativos na Índia até o Banco Mundial, onde desenvolveu a primeira estratégia de conhecimento do Banco. Assumiu a direção do WRI após sete anos como Diretor Global do WRI Ross Center for Sustainable Cities.

Victoria A. Beard é membro sênior do WRI Ross Center for Sustainable Cities, professora do Departamento de Planejamento Municipal e Regional e Reitora Associada para Iniciativas de Pesquisa na Faculdade de Arquitetura, Arte e Planejamento da Universidade Cornell. Sua pesquisa se concentra em como planejadores e população local podem combater a pobreza e a desigualdade nas áreas urbanas e promover acesso aos principais serviços urbanos, além dos processos mais amplos que geram e sustentam a transformação em toda a cidade.

Achilles Kallergis é professor assistente na New School for Social Research e Diretor do Cities and Migration Project no Zolberg Institute on Migration and Mobility. Nessa função, ele coordena a Plataforma de Pesquisa sobre Cidades, Migração e Membros — uma colaboração da The New School junto a outras quinze instituições de pesquisa de todo o mundo. Seu trabalho de pesquisa tem como foco os processos de urbanização, migração e mobilidade em cidades em rápido crescimento. Para isso, explora como os dados gerados localmente podem fornecer novas evidências sobre os padrões de mobilidade e contribuir para melhorar as condições de vida em ambientes urbanos de baixa renda por meio de uma melhor oferta de habitação e serviços.

Kathleen Schalch é jornalista, escritora e redatora. Ela cobriu pautas de desenvolvimento econômico global para a National Public Radio, atuou no governo Obama e agora trabalha com a equipe de pesquisa do WRI.

COLABORADORES: Emily Matthews, Maria Hart, Emma Pearlstone e Maeve Weston

PROJETO E DIAGRAMAÇÃO: Shannon Collins, Rosie Ettenheim e Carni Klirs

Citação sugerida: Mahendra, A., R. King, J. Du, A. Dasgupta, V. A. Beard, A. Kallergis e K. Schalch. 2021. “Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis” World Resources Report, *Rumo a uma cidade equitativa*. Washington, DC: World Resources Institute. <https://doi.org/10.46830/wrirpt.19.00124>.

Disponível em: publications.wri.org/transformations-equitable-sustainable-cities.

Prefácio

Nosso planeta precisa de cidades bem-sucedidas — cidades que sejam centros de inovação e produtividade, cidades onde todas as famílias possam viver bem, cidades que cumpram a promessa de prosperidade e baixo carbono.

No entanto, ainda não estamos construindo as cidades de que precisamos. Uma em cada duas pessoas vive em cidades atualmente, e mais 2,5 bilhões o farão até 2050. As cidades produzem mais de 80% do PIB global, mas também são responsáveis por 70% das emissões de gases do efeito estufa (GEE) em todo o mundo. Nossas cidades estão crescendo junto com a desigualdade, enquanto os meios de subsistência diminuem. A infraestrutura urbana não acompanha o aumento do número de residentes. Com muitas cidades já enfrentando dificuldades para atender às necessidades básicas das pessoas, o desenvolvimento global e os desafios climáticos cada vez mais se tornam desafios urbanos. Um futuro sustentável depende da capacidade de transformação das cidades. Existe um caminho de mudanças transformadoras que possa tornar as cidades mais prósperas, equitativas e de baixo carbono ao mesmo tempo?

A pandemia de Covid-19 devastou as cidades, expondo antigas desigualdades. A população de baixa renda das áreas urbanas é consideravelmente mais vulnerável a doenças, muitas vezes não contando sequer com medidas simples de proteção. E não foram apenas vidas perdidas, mas também meios de subsistência. Nas cidades, a pandemia colocou milhões de pessoas na pobreza, muitas vezes sem redes de assistência social. Os 2 bilhões de trabalhadores informais que trabalham recolhendo lixo, auxiliando na construção civil, dirigindo vans, vendendo mercadorias na rua e fazendo trabalho doméstico são motores de crescimento e produtividade em muitos lugares. As cidades não têm como funcionar quando essas pessoas não conseguem participar plenamente da economia. Para sair dessa crise, as cidades devem adotar um foco deliberado no combate à desigualdade.

Agora é a hora de impulsionar um desenvolvimento urbano mais sustentável. A janela para limitar o aquecimento global e se adaptar aos impactos do clima é estreita. Precisamos de mudanças radicais na maneira como usamos energia, produzimos alimentos, gerenciamos o uso do solo e, fundamentalmente, como vivemos nas cidades. Também precisamos investir muito mais em resiliência. Trilhões de dólares de financiamento em medidas de incentivo para a recuperação da pandemia de Covid-19 abriram uma oportunidade única para redefinir e remodelar nossas economias — essa deve ser uma recuperação verde. Devemos investir em cidades mais equitativas e sustentáveis e mais bem preparadas para as próximas crises.

Os líderes urbanos devem traçar um novo caminho, com a equidade em sua essência. Historicamente, as cidades têm sido fontes de inovação e liderança. Diversas cidades com visão de futuro fizeram avanços nos últimos anos. Mas a maioria delas permanece no caminho do crescimento desigual, inseguro e poluente, repetindo fracassos conhecidos. Precisamos transformar rapidamente a forma como todas as cidades ao redor do mundo são construídas, administradas e vivenciadas.

Este relatório-síntese é a conclusão de seis anos de trabalho de mais de 160 autores e revisores em todo o mundo. Ele oferece um roteiro de como desencadear mudanças transformadoras nas cidades. Apresentamos as melhores ideias sobre ações e investimentos que devem ser priorizados para aumentar a prosperidade e melhorar a vida de todos. O conteúdo é relevante tanto para cidades como Houston ou Madrid quanto para Delhi ou Lagos.

Começamos esta pesquisa nos perguntando se as cidades poderiam prosperar priorizando as necessidades da população mais carente. A resposta é um sonoro sim. Na verdade, podemos criar as cidades de que precisamos apenas se nos concentrarmos em acabar com a desigualdade e revigorar os meios de subsistência. Mas não há tempo a perder.



Anil Dasgupta
Presidente e CEO
World Resources Institute

DESTAQUES

- ▶ Um tipo diferente de urbanização tem ocorrido no Sul global. As cidades com poucos recursos têm crescido de forma rápida e desordenada, com grandes grupos de moradores vivendo em assentamentos informais e trabalhando na economia informal.
- ▶ Em todo o mundo, mais de 1,2 bilhão de pessoas — ou um em cada três moradores de áreas urbanas — são mal atendidas por serviços urbanos essenciais (habitação de boa qualidade, transporte, água, saneamento e energia). Reduzir essa “lacuna” nos serviços urbanos pode beneficiar toda a cidade, desencadeando mudanças transformadoras.
- ▶ A desigualdade costuma ser medida pela análise das diferenças de renda, mas esta é apenas uma dimensão do problema. O acesso desigual a infraestruturas e serviços essenciais pode ter um impacto muito maior na vida, nos meios de subsistência e nas perspectivas de longo prazo das pessoas do que as diferenças de rendimentos.
- ▶ Este relatório-síntese é a conclusão da série do World Resources Report, “*Rumo a uma cidade equitativa*”, e mostra como as cidades em crescimento no Sul global podem garantir acesso equitativo aos serviços e oportunidades das áreas urbanas e, ao fazê-lo, criar prosperidade e um ambiente melhor para todos.
- ▶ Apresentamos sete transformações urbanas essenciais nas áreas de projeto e implementação de infraestrutura, prestação de serviços, coleta de dados, trabalho, financiamento, gestão do uso do solo e governança.
- ▶ Essas transformações exigem que os tomadores de decisão deixem de agir de forma isolada e construam novas coalizões, adotando novos recursos, tecnologias e inovações políticas. Os esforços globais para combater a pobreza e as mudanças climáticas dependem de como as cidades enfrentarão esse desafio. A hora de agir é agora.

A LACUNA DOS SERVIÇOS URBANOS NO SUL GLOBAL

A pandemia de coronavírus evidenciou as crescentes desigualdades nas cidades entre as pessoas que possuem e as que não possuem recursos e condições para permanecerem seguras e empregadas. O período também exacerbou os efeitos de uma lacuna de longa data no que diz respeito aos serviços urbanos, com consequências desastrosas. De um lado dessa lacuna, estão os moradores com acesso a serviços e infraestruturas essenciais; do outro, aqueles que carecem de água encanada e saneamento, eletricidade, moradia digna, transporte e outras comodidades. Para essas pessoas, mesmo as precauções mais básicas — como lavar as mãos com frequência e manter uma distância segura de outras pessoas — são quase inviáveis. Doenças e desemprego têm afetado essas comunidades de maneiras que a maioria dos habitantes urbanos mais abastados não consegue imaginar. Essas comunidades em geral são compostas pelos trabalhadores essenciais, que mantêm as cidades funcionando. A sobrecarga que essas pessoas enfrentam afeta o funcionamento de toda a cidade.

E essas desigualdades estão se espalhando e aprofundando, em particular nas cidades em crescimento do Sul global. A maioria dos moradores já sofre as consequências da lacuna dos serviços urbanos, e essa parcela cresce rapidamente à medida que as populações urbanas também aumentam. Hoje, mais de 1,2 bilhão de pessoas vivem em favelas nas cidades e fazem parte do grupo de moradores urbanos mal atendidos por serviços básicos — o que representa cerca de um terço da população urbana em todo o mundo e dois terços nos países de baixa renda.¹ Soluções do passado podem não funcionar em contextos dinâmicos e desafiadores como os que vivemos hoje; portanto, novas abordagens são necessárias.

Globalmente, mais de 2 bilhões de pessoas trabalham na economia informal, que foi dizimada pela Covid-19, e esses trabalhadores não estão cobertos por redes de assistência social.² Essas pessoas representam quase 90% da força de trabalho em países que passam por um rápido processo de urbanização, como Quênia e Índia.³ Em muitas cidades, o acesso desigual aos serviços e condições precárias de trabalho obrigam muitas pessoas a lutar todos os dias por suas necessidades mais básicas, negando-lhes a chance de melhorar suas vidas.

A parcela da população mal atendida pelos serviços urbanos sofre de forma desproporcional, não apenas com surtos de doenças, mas com ameaças de todos os tipos, como crises econômicas, degradação ambiental e desastres naturais. Mesmo em tempos normais, a lacuna dos serviços urbanos faz mais do que exacerbar a desigualdade e também pune os marginalizados e vulneráveis. Um cenário como esse poderia aprisionar as cidades em um ciclo de



pobreza, baixa produtividade e condições de vida insalubres pelo resto do século e além, prejudicando a qualidade de vida de todos. Sem ações decisivas por parte das lideranças, é difícil interromper essas tendências, e mais ainda revertê-las.

As pesquisas identificaram as desigualdades sociais e espaciais urbanas generalizadas e crescentes como uma das principais crises de nossos tempos — que afeta a todos e precisa ser enfrentada se quisermos cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.⁴ Ainda assim, a inércia prevalece, mesmo que as consequências de ignorar essa realidade sejam cada vez mais profundas e ameaçadoras.

As cidades mais ricas foram capazes de liderar uma série de inovações para melhorar os serviços e combater as desigualdades de acesso. No entanto, para a maior parte das cidades do mundo, essas ideias e avanços não chegaram à maioria dos 3,4 bilhões de moradores urbanos dos países de baixa ou média renda. Para essas cidades, as ferramentas, estruturas e métodos disponíveis são frequentemente inadequados, irrelevantes ou, pior, prejudiciais. Replicar os experimentos de cidades ricas ou seguir seus passos pode ser desaconselhável. Das mais de 4.200 cidades no mundo com população de mais de 100 mil habitantes em 2010, a maioria ainda não encontrou um caminho próspero.⁵ Elas enfrentam necessidades concorrentes para aumentar a qualidade de vida, os empregos e a resiliência, de um lado, e reduzir as

emissões de carbono, de outro. Uma mudança transformadora é urgente e necessária, e algumas cidades já mostraram que isso é possível, apesar dos desafios.

Nossa pesquisa analisa a seguinte questão: À medida que o processo de urbanização avança pelo mundo, como as cidades em crescimento do Sul global podem garantir acesso equitativo a serviços e oportunidades urbanas e, com isso, gerar prosperidade e benefícios ambientais para todos? Esta série emblemática do World Resources Report, “Rumo a uma cidade equitativa”, tem as respostas. Ao longo de cinco anos, desenvolvemos uma base de conhecimento que culmina em um roteiro para mudanças abrangentes, duráveis e transformadoras na maneira como as cidades são construídas, gerenciadas e vivenciadas (consulte o Quadro ES-1). Este relatório-síntese é baseado nesse trabalho e apresenta uma nova análise que identifica tópicos comuns e estratégias eficazes. O relatório sintetiza nossas pesquisas setoriais, estudos de caso aprofundados e uma análise detalhada de como as cidades de fato mudam. O documento registra as inovações pioneiras nas cidades e revela não apenas quais soluções devem ser as maiores prioridades, mas também como implementá-las.

QUADRO ES-1: A série do World Resources Report, Rumo a uma cidade equitativa

No World Resources Institute, investigamos de que forma os desafios econômicos, demográficos e de recursos podem aumentar as lacunas nos serviços urbanos. Em seguida, sintetizamos um amplo conjunto de evidências sobre como fornecer acesso equitativo a serviços e oportunidades nas áreas urbanas — terra, moradia, transporte, energia, água, saneamento e trabalho dignos — pode criar cidades economicamente mais prósperas e ambientalmente sustentáveis para todos (Figura BES-1,1). Sete **artigos temáticos** destacam intervenções setoriais que se mostraram eficazes em cidades ao redor do mundo, com foco nas cidades com dificuldades e emergentes.^a Os artigos são baseados na ampla experiência dos autores nesses setores. Nesta série, não incluímos gestão de resíduos e acesso a serviços de telecomunicação; no entanto, as evidências mostram que esses setores enfrentam muitos desafios de provisão pública semelhantes aos que discutimos.

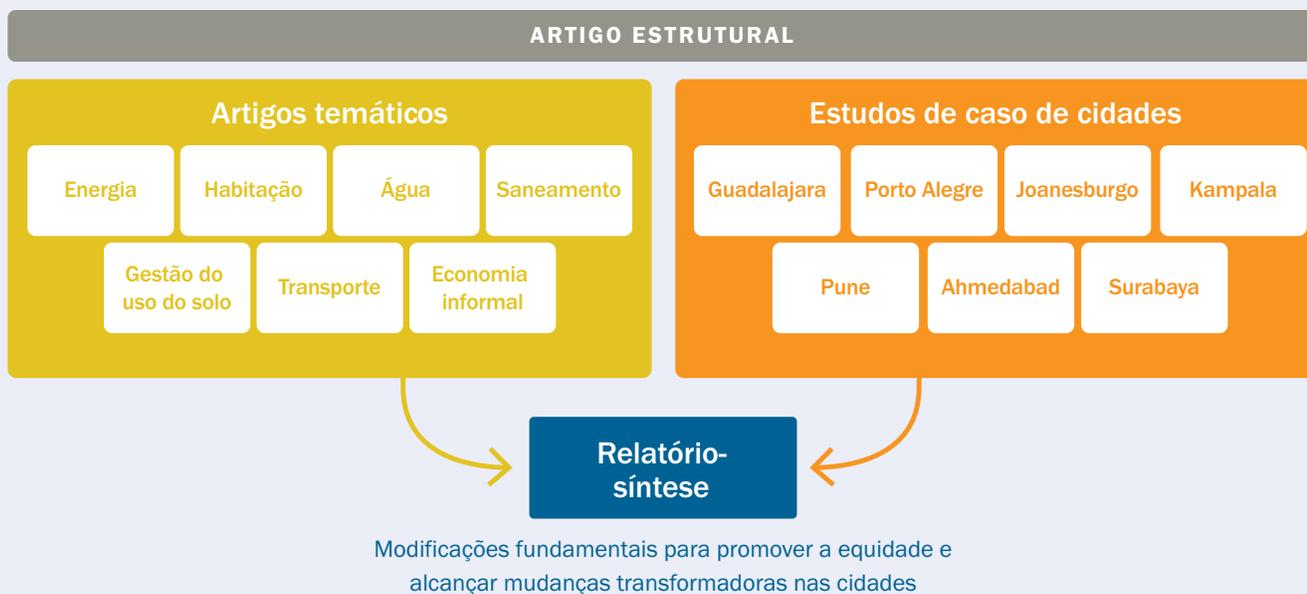
Identificamos **as principais condições que desencadeiam, permitem ou inibem mudanças positivas** nas cidades. Enfrentar a lacuna de serviços urbanos, no entanto, não se trata apenas de fornecer melhor infraestrutura. Também implica transformar alavancas fundamentais da vida urbana e criar

uma nova dinâmica para embasar a mudança — e não apenas uma mudança vacilante e incremental, mas uma duradoura e transformadora.

Os sete **estudos de caso**^b oferecem exemplos de cidades que se empenharam e alcançaram mudanças transformadoras combatendo as desigualdades de forma intencional. Os exemplos documentam as experiências de sete cidades diferentes no avanço em direção a esse objetivo, relatando as oportunidades que aproveitaram e as limitações que enfrentaram. As cidades podem aprender com os erros e acertos umas das outras e, com isso, conduzir suas próprias mudanças.

Este **relatório-síntese** apresenta os resultados de toda a série, identificando as transformações fundamentais em termos de pensamento e prática. O documento mostra que lidar com as desigualdades de acesso a serviços e oportunidades nas áreas urbanas pode gerar benefícios em cascata para toda a cidade. Com esse aprendizado, é possível encaminhar as trajetórias de crescimento e desenvolvimento das cidades em direção à sustentabilidade, à prosperidade compartilhada e a uma melhor qualidade de vida para todos.

Figura BES-1.1 | **Este relatório é baseado em sete artigos temáticos e sete estudos de caso de cidades**



Observação: Para acessar o conjunto completo de publicações, acesse www.citiesforall.org.

Também desenvolvemos uma categorização global para identificar as cidades que enfrentam os maiores desafios e considerar as abordagens mais adequadas para cada contexto, reconhecendo que não existem soluções únicas para todos. Agrupamos as

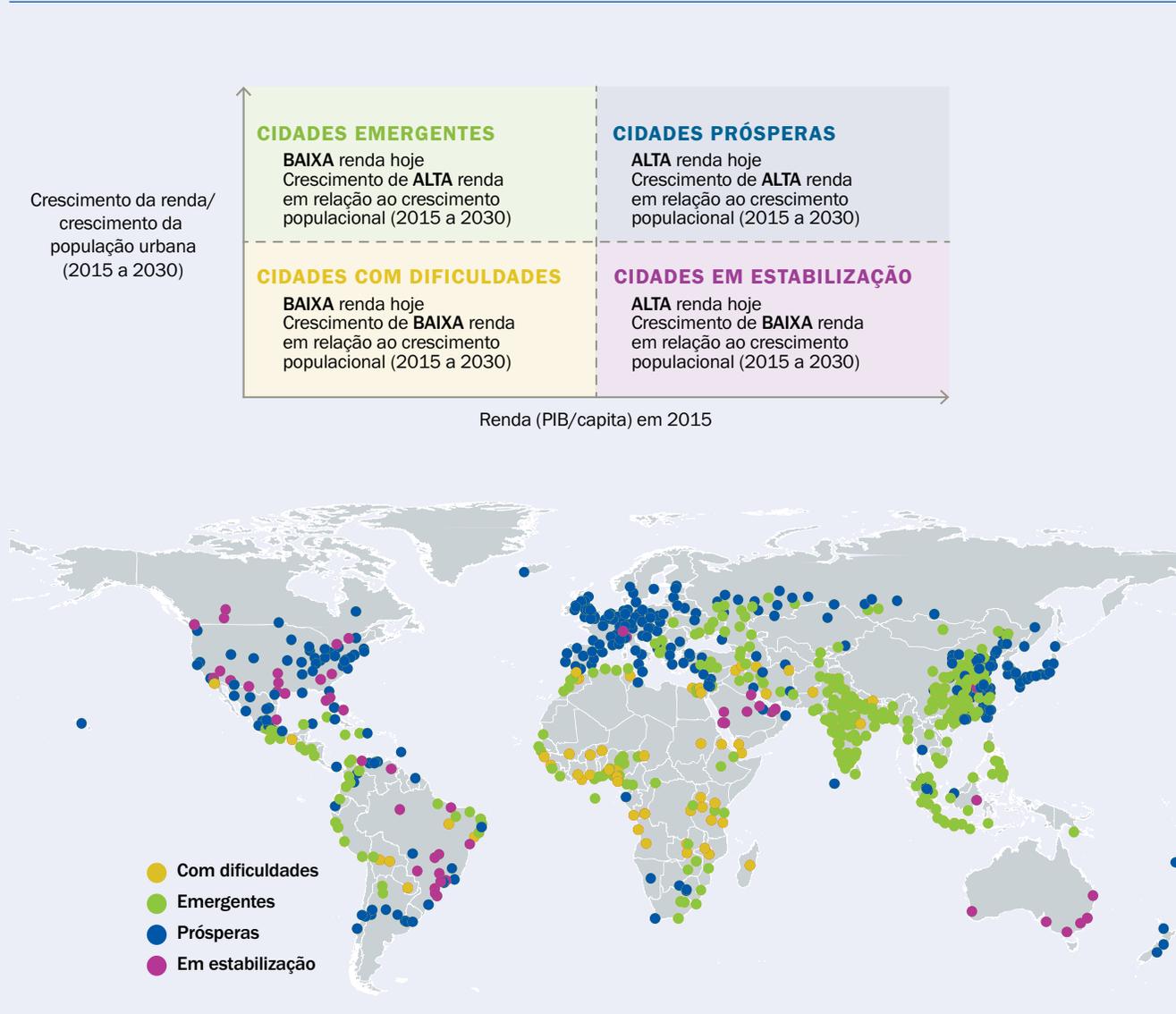
cidades de acordo com seus níveis de renda em 2015. Nessa divisão, também consideramos até que ponto o crescimento econômico das cidades em questão pode ou não acompanhar o crescimento da população entre 2015 e 2030 (Figura BES-1.2).^c

QUADRO SE-1: World Resources Report, série “Rumo a uma cidade equitativa” (Cont.)

As cidades com dificuldades e emergentes, que ainda precisam investir mais para fornecer a infraestrutura e os serviços necessários, são as que mais poderão aproveitar a oportunidade

de evitar os erros cometidos por outras. Dessa forma, podem alterar sua trajetória de desenvolvimento ao mesmo tempo em que consideram riscos como as mudanças climáticas.

Figura BES-1.2 | **Cidades com dificuldades, emergentes, prósperas e em estabilização estão agrupadas regionalmente**



Observações: a. Estes são os sete artigos temáticos do World Resources Report: Chen e Beard (2018), King et al. (2017), Mahendra e Seto (2019), Mitlin et al. (2019), Satterthwaite et al. (2019), Venter et al. (2019) e Westphal et al. (2017); b. Estes são os sete estudos de caso do World Resources Report: Abers et al. (2018), Das e King (2019), Kamath et al. (2018), Lwasa e Owens (2018), Mahadevia et al. (2018), Pieterse e Owens (2018) e Sarmiento et al. (2019); c. n = 769. A linha vertical indica o valor médio do PIB per capita e a linha horizontal indica o valor 1.

Fontes: Oxford Economics, 2016; Beard et al., 2016.

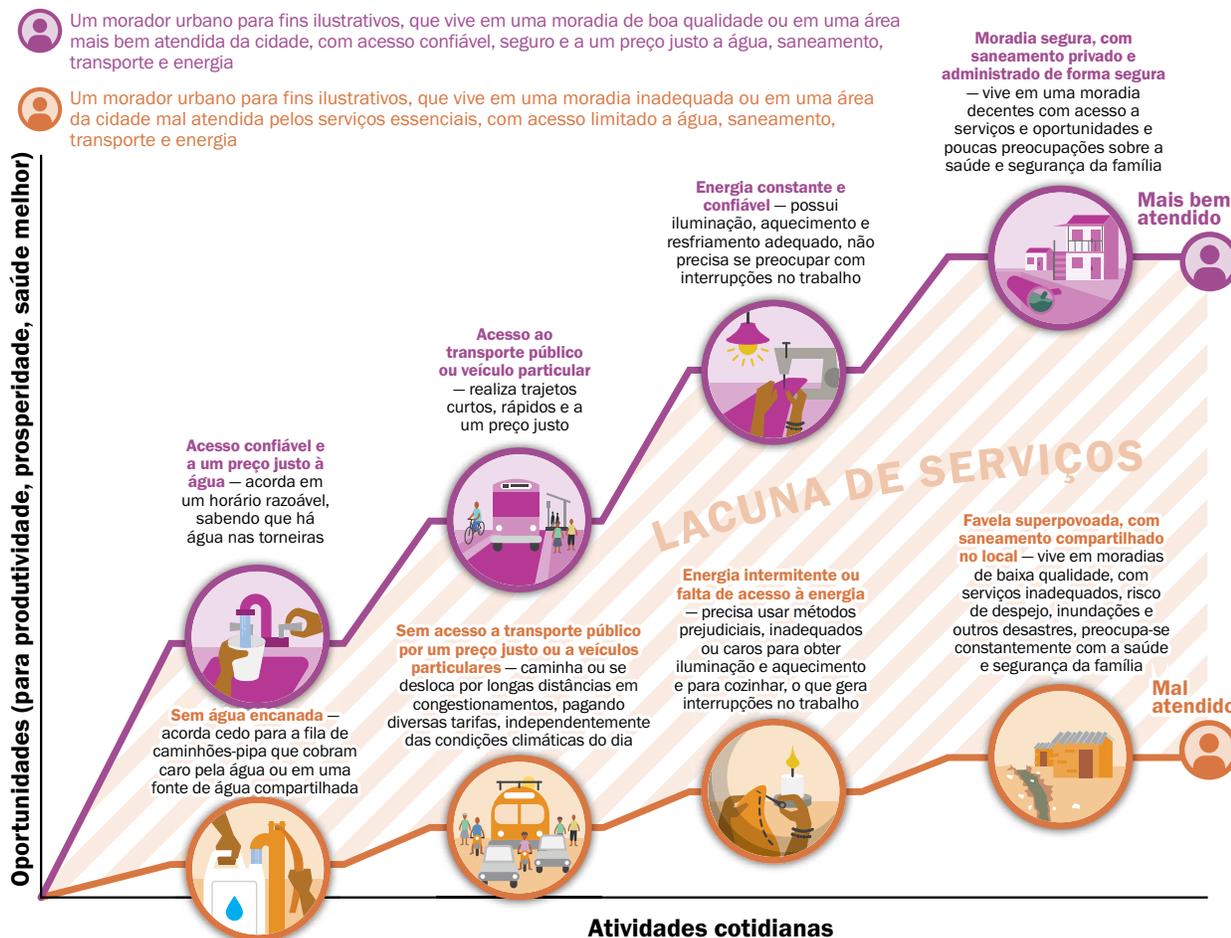
A EXPERIÊNCIA DE VIVER EM UMA CIDADE DESIGUAL

A maioria das pesquisas analisa a pobreza e a desigualdade medindo as diferenças de renda, mas esta é apenas uma dimensão do problema. A forma como as pessoas vivenciam uma cidade é moldada pelo acesso a serviços e oportunidades — se possuem moradia segura e acessível, água potável, saneamento adequado, transporte confiável e maneiras de conseguir trabalho, saúde, educação e outras comodidades de que precisam. O acesso desigual a infraestruturas essenciais pode ter um impacto muito maior na vida, nos meios de subsistência e nas perspectivas de longo prazo do que as diferenças de renda.⁶

Nossa pesquisa, portanto, adotou uma nova abordagem: examinar as desigualdades urbanas observando a vida cotidiana dos moradores e os incômodos relativos que enfrentam para acessar serviços essenciais. A Figura SE-1 destaca o contraste entre os grupos mais bem e mal atendidos por serviços urbanos. A pesquisa demonstra como a lacuna dos serviços urbanos cria mais oportunidades para os grupos mais bem atendidos e mais incômodos para os mal atendidos — em termos de tempo, custos e problemas de saúde.

Figura SE-1A | **As desigualdades no acesso aos serviços afetam todas as esferas da vida das pessoas**

A lacuna dos serviços urbanos mostra porque as atividades cotidianas são mais fáceis para alguns e uma luta para outros

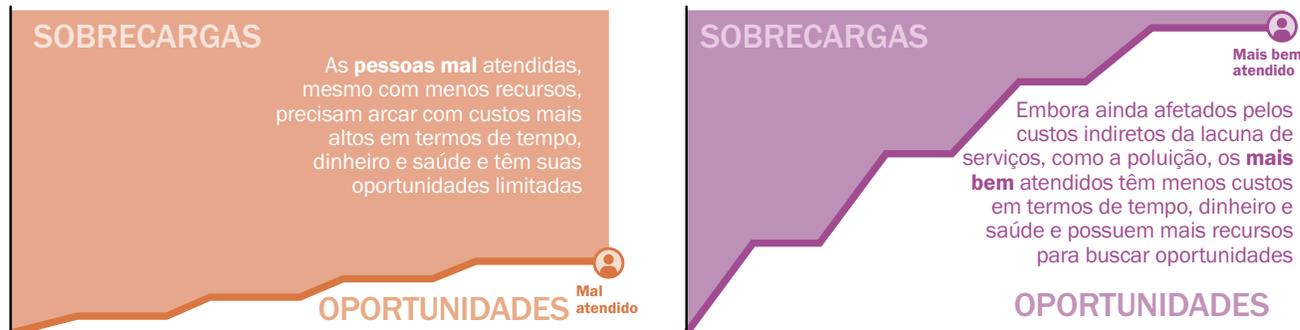


Observações: Este é um diagrama conceitual.

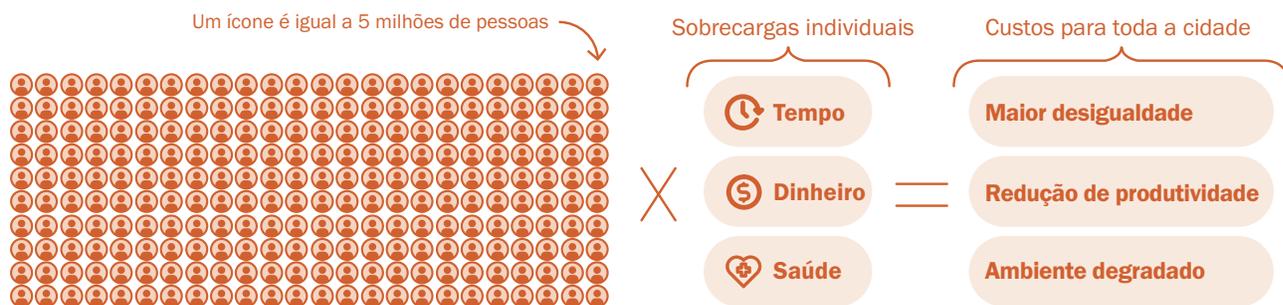
Fonte: Autores

Figura SE-1B | **As desigualdades no acesso aos serviços afetam todas as esferas da vida das pessoas**

A lacuna dos serviços urbanos leva a sobrecargas mais altas e gera menos oportunidades para pessoas mal atendidas



Os custos cumulativos da lacuna dos serviços urbanos impactam a todos na cidade



Em todo o mundo, mais de 1,2 bilhão de habitantes urbanos são mal atendidos por serviços essenciais, o equivalente a 2 em cada 3 moradores de cidades em países de baixa renda.^a

Acabar com a lacuna de serviços urbanos é benéfico para todos.

Observação: a. Este número é baseado em dados dos World Development Indicators (2018b) referentes apenas à população global de moradores de favelas em áreas urbanas. Trata-se, portanto, de uma estimativa mínima da população mal atendida por serviços urbanos. Uma favela é definida como um grupo de indivíduos vivendo na mesma área, sem uma ou mais das seguintes condições: acesso a água potável, saneamento, moradia de boa durabilidade e com espaço suficiente. Não apenas o contingente populacional das favelas urbanas é subcalculado, como também a parcela da população mal atendida por serviços urbanos inclui muitas pessoas de baixa renda que podem não viver em favelas.

Fonte: Autores.

Nossas descobertas revelam a enorme lacuna existente entre os serviços acessíveis para a maioria dos moradores e aqueles disponíveis apenas para poucas pessoas privilegiadas. Até 70% (e, em alguns casos, mais) da população urbana no Sul global é mal atendida pela infraestrutura municipal (consulte a Figura SE-2 para exemplos setoriais específicos).⁷ Essas pessoas precisam contar com opções informais ou alternativas para adquirir serviços essenciais, como moradia, água, saneamento, transporte e energia.

Essa “autoprovisão”⁸ desperdiça tempo, esgota recursos, degrada o meio ambiente, coloca em risco a saúde e agrava as desigualdades. Esse cenário força as pessoas a confiarem em mercados paralelos ou informais em geral não regulamentados, de modo que a qualidade e o preço dos serviços urbanos podem sofrer variações significativas. Os arranjos alternativos podem ser ilegais, caros, inseguros ou exploratórios, onerando o meio ambiente, as pessoas e a sociedade.

A autoprovisão é o que mais prejudica os moradores de baixa renda. Essas pessoas lutam todos os dias para atender suas necessidades básicas de água, saneamento, energia e transporte — e o que conseguem é geralmente um serviço de qualidade inferior e mais caro do que os serviços municipais disponíveis para o restante da população.⁹ Também podem acabar pagando mais, tanto em termos da parcela da renda destinada a esses serviços quanto em termos absolutos. Isso gera uma sobrecarga desproporcional e limita as oportunidades de prosperar, podendo fazer com que essas pessoas fiquem cada vez mais para trás.

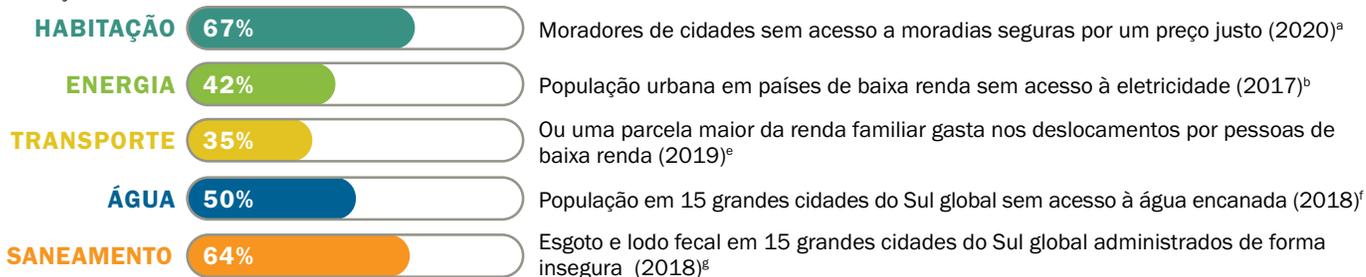
Do outro lado, as pessoas mais abastadas e bem atendidas podem ser mais resilientes. Tendem a ter água encanada em casa e conexão com a rede elétrica. Se a água não for limpa ou fluir de forma intermitente, é possível complementar com a compra de tanques de armazenamento domésticos, equipamento de filtragem e água engarrafada. Se a energia for cortada regularmente, existe a possibilidade de adquirir geradores a diesel, bem como o combustível necessário para operá-los. As pessoas mais abastadas também podem se

mudar para comunidades fechadas atendidas por serviços privados, isoladas das adversidades enfrentadas pelas outras pessoas.

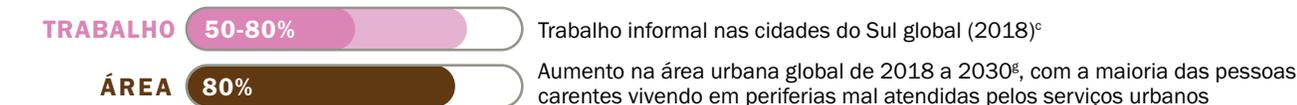
A lacuna dos serviços urbanos tem uma dimensão espacial gritante. A expansão urbana não planejada ou mal planejada, com pouco investimento público, muitas vezes relega os mais pobres a assentamentos informais e a áreas periféricas das cidades, onde os terrenos são mais baratos. Esse movimento cria zonas de desvantagem de longo prazo, nas quais serviços urbanos básicos são escassos, inadequados ou inexistentes. O espraiamento das cidades e o desenvolvimento não controlado criam um ciclo vicioso. Esse cenário dificulta mais ainda o acesso aos bairros, o que, por sua vez, pode dificultar e encarecer a conexão de todas as partes da cidade com infraestrutura e serviços de boa qualidade. O impacto cumulativo da falta de acesso a tantos serviços, dia após dia, é paralisante. As famílias sofrem, mas não apenas elas. Nossa pesquisa revela que comunidades e cidades inteiras também arcam com as consequências quando a maioria dos cidadãos não tem acesso aos serviços básicos.

Figura SE-2 | **Altos índices de moradores urbanos carecem de acesso confiável, seguro e por um preço justo aos principais serviços e oportunidades oferecidos pelas cidades**

Serviços essenciais:



Questões transversais:



Observações: Análise do World Resources Report: *Série Rumo a uma cidade equitativa*, 2016 a 2019.

Fontes: a. Banco Mundial, 2018b; b. Banco Mundial, 2016a; c. Venter et al., 2019; d. WRI, 2018; Mitlin et al., 2019; e. WRI, 2018; Satterthwaite et al., 2019; f. ILO, 2018b; g. Mahendra e Seto, 2019; Seto et al., 2012.

AS ATUAIS TENDÊNCIAS DE URBANIZAÇÃO AGRAVAM AS DESIGUALDADES

O ritmo e a escala da urbanização observados hoje não têm precedentes, e o crescimento urbano se deslocou para os países de baixa e média renda.¹⁰ A população urbana mundial deve aumentar em 2,5 bilhões de pessoas até 2050, com quase 90% desse aumento ocorrendo na África e na Ásia.¹¹ As populações urbanas em países do Sul global passarão por um crescimento de cerca de 75% até 2050, e a maioria das cidades com dificuldades e emergentes estão nesses países (veja o Quadro ES-1).

O vínculo histórico entre urbanização e prosperidade crescente está se rompendo. Nas décadas anteriores, a urbanização e o aumento da renda andavam de mãos dadas. As economias em expansão ajudaram a financiar os investimentos necessários para enfrentar os problemas urbanos. Mas hoje esse vínculo é fraco ou foi rompido em muitos países de baixa e média renda. As cidades de crescimento mais rápido são as que enfrentam os problemas mais assustadores — e geralmente as que têm menos recursos para lidar com eles. Precisam conviver com as limitações de economias estagnadas, instituições fracas e baixa capacidade. As cidades não possuem os recursos necessários para construir uma infraestrutura melhor e aprimorar o acesso aos serviços, o que dificulta a atração de investimentos e o estímulo ao crescimento econômico.

O aumento da informalidade indica que uma parcela crescente das atividades econômicas ocorrem sem regulamentação ou supervisão governamental. A informalidade — no sentido de provisão informal de serviços, assentamento informal e trabalho informal — é generalizada nas cidades em rápido crescimento do Sul global. Entre 50% e 80% das oportunidades de trabalho em áreas urbanas são informais¹² e cerca de 29% da população urbana global vive em assentamentos informais ou favelas¹³ — um número considerado gravemente subestimado. A informalidade, em suas diversas formas, é uma das tendências menos estudadas mas mais importantes que examinamos. Em muitas cidades, os tomadores de decisão estão mal equipados para lidar com a informalidade de forma construtiva, muitas vezes ignorando ou dificultando o setor, principalmente no que diz respeito às trabalhadoras que dependem dele para seu sustento.¹⁴

IMPLICAÇÕES NACIONAIS E GLOBAIS DA LACUNA DE SERVIÇOS URBANOS

Os esforços globais para combater a pobreza dependem do acesso das populações urbanas a serviços e oportunidades. Em muitos países, a pobreza tem se deslocado cada vez mais das áreas rurais para as urbanas. Em uma mudança preocupante em relação às tendências históricas, uma parcela crescente de pessoas pobres vive nas áreas urbanas. O cenário fica particularmente evidente quando os indicadores de pobreza vão além da renda para incluir o acesso à educação e a infraestruturas básicas, como eletricidade, água e saneamento. Os padrões atuais de desenvolvimento urbano estão tornando a pobreza um problema cada vez mais urbano, com mulheres e crianças sendo as mais afetadas.

A degradação ambiental e as mudanças climáticas também estão ligadas a problemas urbanos. O desenvolvimento espraiado e não planejado, sem infraestrutura básica, obriga os moradores a destruir e queimar florestas para obter combustível, passar horas em congestionamentos intermináveis e descartar o esgoto em fossas a céu aberto. Recursos valiosos são desperdiçados, e a poluição do ar e da água deixa as pessoas doentes. Se essas tendências continuarem, as cidades do Sul global serão responsáveis por mais da metade das emissões urbanas de dióxido de carbono em todo o mundo até 2050.¹⁵ Além disso, essas populações enfrentarão alguns dos mais graves riscos e impactos ambientais das mudanças climáticas. Cidades costeiras e de baixas altitudes, especialmente na África e na Ásia, serão inundadas pela elevação do nível do mar e afetadas por tempestades mais violentas, com capacidade mínima de adaptação. Nessas cidades, os amplos assentamentos informais são os locais mais vulneráveis a esses riscos. O fato de que, nessas mesmas cidades, grande parte da infraestrutura ainda precisa ser construída representa uma oportunidade valiosa para um desenvolvimento mais resiliente ao clima.

Os riscos — para a economia, o planeta e nosso futuro — não poderiam ser maiores. As decisões tomadas hoje podem manter a pobreza, negar oportunidades e ampliar a lacuna dos serviços urbanos de maneiras cada vez mais difíceis de reverter. Também podem manter um alto consumo de energia e emissões de carbono ao longo das próximas décadas. Por outro lado, se as decisões certas forem tomadas, poderemos observar mudanças transformadoras para as pessoas, as cidades e o meio ambiente.



A VANTAGEM DE PROMOVER MUDANÇAS TRANSFORMADORAS

Cidades prósperas são cruciais para o desenvolvimento econômico nacional. Durante grande parte da história da humanidade, as cidades foram catalisadoras confiáveis de crescimento econômico. Elas concentraram talentos, incubaram ideias, aumentaram a produtividade e estimularam a inovação. Ofereceram oportunidades de trabalho, estudo e empreendedorismo que aumentaram a prosperidade de nações inteiras. Hoje, porém, o acesso desigual aos serviços pode ser um obstáculo determinante para esse crescimento.

Precisamos de uma nova abordagem para promover mudanças transformadoras nas cidades. O tempo para soluções fragmentadas e de curta duração chegou ao fim. Abordagens setoriais e restritas não são suficientes para ajudar as cidades em meio a um desenvolvimento *ad hoc* insustentável, desigual e que mantém a maioria da população na pobreza. Uma mudança transformadora é fundamentalmente centrada nas pessoas. Ela começa com a experiência vivida pelas pessoas e usa isso como métrica de sucesso, em vez de focar apenas na renda ou nas emissões de carbono. Reunimos evidências de todo o mundo sobre como as cidades podem fornecer acesso a serviços e oportunidades de forma mais sustentável e equitativa.

Para buscar uma mudança transformadora, as cidades do Sul global precisarão deixar de funcionar como de costume. Este relatório inclui vários exemplos de estratégias inovadoras de cidades em todo o mundo. Embora organizações e governos estejam testando ideias

e abordagens com muito esforço — em escala setorial, de bairro ou municipal —, não estamos fazendo as correções de curso necessárias em decorrência do tamanho do problema e do ímpeto por trás das formas tradicionais de se fazer as coisas. Neste relatório, reunimos experiências e percepções de diferentes contextos que ilustram uma nova maneira de compreender e implementar a urbanização sustentável, de cima a baixo.

Definimos mudança transformadora como uma mudança duradoura, que melhora o acesso aos serviços e oportunidades oferecidos pelas cidades, ao mesmo tempo em que aprimora práticas institucionais, obtendo melhores resultados em diferentes setores e persistindo ao longo dos mandatos.¹⁶ Não será suficiente apenas canalizar mais recursos para infraestrutura ou investimentos incapazes de reverter as desigualdades no acesso aos serviços.

Este relatório destaca sete transformações que as cidades podem fazer para interromper a espiral descendente em que nos encontramos hoje. Por meio de exemplos, demonstramos como essas transformações podem alterar as trajetórias atuais e estimular ações para que tenhamos cidades mais equitativas, prósperas e sustentáveis. Essas transformações, junto à redução das desigualdades e a um melhor acesso aos serviços, podem gerar economias e uma série de benefícios para todos os setores e instituições, melhorando a vida de uma ampla faixa da população (veja a Figura SE-3).¹⁷ Por exemplo, cada dólar investido em água e saneamento gera entre US\$ 4 e US\$ 34 em benefícios,

economizando tempo, melhorando a saúde e aumentando a produtividade.¹⁸ Oferecer transporte de qualidade para as populações mal atendidas é mais seguro, economiza tempo, reduz os congestionamentos e a poluição do ar, gera empregos e estimula o desenvolvimento econômico.¹⁹ Menos interrupções de energia significam menos interrupções do trabalho, o que, por sua vez, aumenta as receitas e a produção tanto em empresas formais quanto, especialmente, nas informais. Além disso, o consumo de eletricidade per capita está positivamente correlacionado com o produto interno bruto (PIB) per capita de uma cidade.²⁰

SETE TRANSFORMAÇÕES INTERSETORIAIS PARA ALCANÇAR UMA CIDADE MAIS EQUITATIVA, PRÓSPERA E SUSTENTÁVEL

Em cinco anos de pesquisa, identificamos transformações cruciais que permitiriam às cidades acabar com a lacuna de serviços urbanos, proporcionar mais igualdade e impulsionar a sustentabilidade de forma geral (veja a Figura SE-4). As experiências das cidades que estudamos oferecem insights transferíveis e que podem valer para outras cidades, mesmo que cada história de mudança seja única. A relevância dessas sete transformações está no fato de serem abrangentes e adaptáveis a diversos contextos e necessidades locais. Elas não são mutuamente excludentes — também identificamos algumas das relações entre elas —, mas cada uma representa uma mudança significativa

nas mentalidades e práticas. Independentemente do ponto de partida, essas transformações fornecem caminhos para melhorar a qualidade de vida de todos os que vivem nas cidades, **reimaginando a prestação de serviços, incluindo a população excluída e viabilizando a mudança**. Na próxima seção, descrevemos as sete transformações com exemplos para cada uma.

- ▶ **Transformação 1: Planejamento e implementação de infraestrutura** — priorizar os mais vulneráveis
- ▶ **Transformação 2: Modelos de prestação de serviço** — estabelecer parcerias com prestadores de serviços alternativos
- ▶ **Transformação 3: Coleta de dados** — aprimorar os dados locais por meio do envolvimento da comunidade
- ▶ **Transformação 4: Trabalho informal** — reconhecer e apoiar os trabalhadores informais
- ▶ **Transformação 5: Financiamento e subsídios** — aumentar investimentos e direcionar recursos de forma inovadora
- ▶ **Transformação 6: Gestão do uso do solo urbano** — promover a transparência e o planejamento espacial integrado
- ▶ **Transformação 7: Governança e instituições** — criar coalizões diversificadas e alinhamento

Figura SE-3 | **Acabar com a lacuna dos serviços urbanos pode gerar benefícios em cascata para as cidades (veja o exemplo do saneamento)**



Observações: Todos os valores estão em dólares estadunidenses.

Fontes: a. Wee, 2018; b. OMS, 2012; c. Lwasa e Owens, 2018.

Figura SE-4 | **Sete transformações que podem ajudar a alcançar uma cidade mais equitativa, próspera e sustentável**

Planejamento e implementação de infraestrutura



Planejamento e implementação de infraestrutura
Priorizar os vulneráveis



Modelos de prestação de serviços
Parcerias com provedores de serviços alternativos

Incluir os excluídos



Práticas de coleta de dados
Aprimorar os dados locais por meio do envolvimento da comunidade



Trabalho urbano informal
Reconhecer e apoiar os trabalhadores informais

Viabilizar a mudança



Financiamento e subsídios
Aumentar investimentos e direcionar recursos de forma inovadora



Gestão do uso do solo urbano
Promover a transparência e o planejamento espacial integrado

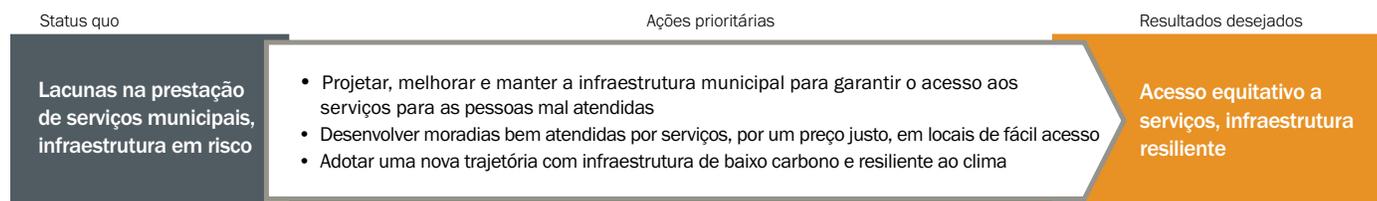


Governança e instituições
Criar coalizões diversificadas e alinhamento

Fonte: Autores.

TRANSFORMAÇÃO 1: PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA — PRIORIZAR OS VULNERÁVEIS

A infraestrutura municipal deve ser planejada e implementada de forma que priorize as populações negligenciadas, solucione pendências, minimize a dependência do carbono e previna riscos futuros.



O que deve mudar e por quê

A maioria dos residentes urbanos tem pouco ou nenhum acesso à infraestrutura municipal que fornece serviços essenciais, como água, saneamento, transporte e energia. Em muitas cidades, as decisões sobre projetos e desenvolvimento de infraestruturas são tomadas sem considerar o local onde estas serão implementadas e as áreas onde o crescimento informal está de fato acontecendo na cidade. Cada vez mais pessoas — um número sem precedentes — vivem aglomeradas em assentamentos informais desprovidos de serviços básicos ou com serviços insuficientes. Suas necessidades não são atendidas, e os custos até mesmo dos serviços de baixa qualidade podem ser excessivamente altos. Tanto o desenho quanto os investimentos em infraestrutura são direcionados para beneficiar as populações mais abastadas. Por exemplo, as pessoas de baixa renda dependem, em grande medida, de caminhada, bicicleta e transporte público. Ainda assim, mais de 95% do espaço viário costuma ser alocado para carros e caminhões (incluindo as áreas de estacionamento nas vias).²¹ Cortes frequentes na energia — até 25 por mês em cidades do Sul global e todos os dias nas cidades africanas — afetam mais as empresas e assentamentos informais.²² Em alguns casos, a falta de cobertura é resultado da informalidade existente. Por exemplo, **Adis Abeba, na Etiópia**, recebeu um empréstimo considerável do Banco Mundial para expandir sua rede de esgoto, mas a parcela da população atendida aumentou apenas de 10% para 20%, porque a concessionária só estenderia as linhas de esgoto às famílias que comprovassem a propriedade de seus terrenos. Com quase metade da cidade sem essa garantia, a maioria das famílias foi deixada de fora e permaneceu descartando dejetos humanos de forma insalubre.²³ Isso mostra como a falta de moradia segura atua como uma barreira para receber serviços de concessionárias que buscam recuperar custos.

Ações prioritárias

1. Projetar, melhorar e manter a infraestrutura municipal para assegurar que a população carente seja atendida pelos serviços

Buscar melhorias em termos de qualidade, cobertura e custos para comunidades desfavorecidas beneficia a todos. Que essas comunidades tenham suas necessidades atendidas é algo que pode tornar a cidade toda mais limpa, segura, habitável e próspera. **Colombo, no Sri Lanka, Kampala, em Uganda, e Nairóbi, no Quênia**, são exemplos de como a extensão das redes formais de água encanada e esgoto em bairros de baixa renda protege a saúde pública e o meio ambiente e permite que os cidadãos sejam mais produtivos.²⁴ **Bogotá, na Colômbia, e São Paulo, no Brasil**, demonstram como as cidades podem projetar ruas mais seguras, que priorizem não os veículos particulares, mas quem caminha, pedala e usa o transporte.²⁵ **Medellín, na Colômbia**, mostra como investir em serviços de transporte público multimodal seguro e acessível, incluindo bondes, pode controlar os congestionamentos e conectar comunidades pobres, periféricas ou nas encostas com oportunidades de trabalho no centro da cidade, reduzindo os deslocamentos de duas horas para 30 minutos em alguns casos.²⁶ As cidades podem melhorar o acesso à energia limpa, confiável e acessível a um preço justo ampliando a geração distribuída de energia renovável. Os sistemas solares fotovoltaicos em **Bengaluru, na Índia**,²⁷ e os parques solares comunitários nas cidades do **Quênia, da Tanzânia e de Uganda**,²⁸ por exemplo, ampliaram o acesso à energia e reduziram os custos para as famílias pobres, ao mesmo tempo em que reduziram a poluição do ar e as emissões de carbono.



2. Construir moradias por um preço justo, em locais de fácil acesso e bem atendidas por serviços essenciais

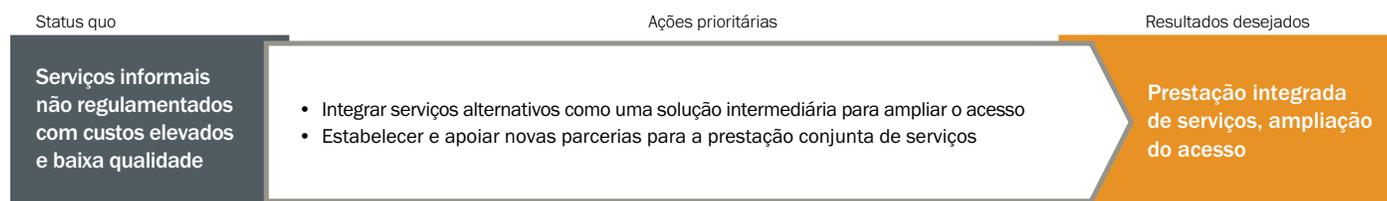
A localização deve ser uma questão fundamental nas políticas de habitação social, equilibrando viabilidade financeira com densidade habitável, de uma forma que forneça acesso adequado a serviços e espaços abertos. As cidades devem priorizar a construção de mais unidades de aluguel, convertendo espaços urbanos subutilizados em moradias populares²⁹ e investindo em transporte público para conectar as áreas residenciais aos centros que concentram empregos e oportunidades. As cidades também podem qualificar os assentamentos informais localizados em áreas seguras por meio de parcerias com as comunidades que vivem ali. Cidades como **Windhoek, Namíbia** e **Nairóbi** estão fazendo isso. A estratégia é mudar os regulamentos de uso do solo, melhorar a infraestrutura e permitir a construção incremental de casas ao longo do tempo.³⁰ **Bangkok, na Tailândia**, estabeleceu parcerias com grupos comunitários e organizações não governamentais (ONGs) para qualificar os assentamentos informais por meio do programa Baan Mankong, criando um modelo replicado em mais de 215 cidades de 19 países asiáticos.³¹

3. Adotar uma nova trajetória, baseada em infraestrutura de baixo carbono e resiliência climática

As cidades com dificuldades e emergentes têm uma grande oportunidade de traçar um novo modelo de desenvolvimento, capaz de mitigar e também de promover adaptação às ameaças impostas pelas mudanças climáticas. A transição para um combustível de cozinha mais limpo, assim como para edifícios e eletrodomésticos com maior eficiência energética, economiza dinheiro e diminui as emissões de gases do efeito estufa (GEE). Os modos de transporte público e ativo (não motorizado) não só melhoram a mobilidade de populações mal atendidas como reduzem as emissões de carbono e outros poluentes.³² As cidades também precisam fortalecer toda a infraestrutura básica, como as redes de água, saneamento e drenagem, contra os impactos climáticos, incluindo o aumento de enchentes, secas e ondas de calor.³³ **Durban, na África do Sul**, e **Rosário, na Argentina**, estão fazendo isso por meio de melhoras na infraestrutura de áreas física e socialmente vulneráveis (como favelas sujeitas a inundações) e com planejamento para se tornarem mais resilientes.³⁴

TRANSFORMAÇÃO 2: MODELOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO — PARCERIAS COM PROVEDORES DE SERVIÇOS ALTERNATIVOS

As cidades devem transformar a prestação de serviços urbanos, estabelecendo parcerias e integrando provedores de serviços alternativos para aumentar o acesso.



O que deve mudar e por quê

Na maioria das cidades em crescimento no Sul global, as lacunas nos serviços públicos municipais são preenchidas por uma rede de fornecedores informais e semiformais, por organizações comunitárias e por outras empresas privadas.³⁵ Esses provedores alternativos (como motoristas de vans ou vendedores de água) fornecem serviços essenciais, mas às vezes a um custo alto ou prestando um serviço de baixa qualidade. Isso acontece em parte porque a supervisão das autoridades governamentais é limitada, e raramente os serviços são regulamentados de forma a proteger os consumidores. Os prestadores de serviços informais costumam ser pressionados ou sobrecarregados de maneiras que dificultam sua operação. Em muitas cidades do Sul global, é o transporte informal ou alternativo que atende à maioria das pessoas que não possuem acesso a um sistema de transporte público confiável.³⁶ As autoridades locais podem proibir esses veículos em certas rotas, mas não fazem nada para garantir concorrência e preços justos ou para manter os veículos inseguros fora das vias. Da mesma forma, sem a proteção do governo, os clientes que dependem de caminhões-pipa privados para obter água ficam vulneráveis à má qualidade ou ao aumento do preço quando a demanda é alta.³⁷

As autoridades municipais no Sul global com frequência ignoram ou impedem o funcionamento desses serviços por falta de capacidade operacional para supervisionar e regulamentar diferentes provedores de serviços — formais e semiformais, de pequena escala e independentes. As cidades também podem carecer da capacidade técnica e da vontade política necessárias para definir padrões de qualidade e promover uma fiscalização efetiva, a fim de proteger os consumidores, a saúde, a segurança e o meio ambiente.

Ações prioritárias

1. Integrar serviços alternativos como uma solução intermediária para expandir o acesso

Operadores informais e de pequena escala e organizações comunitárias podem ajudar a expandir o acesso a curto e médio prazo, até que a cidade possa construir, investir e ampliar a infraestrutura para preencher lacunas e atender às necessidades básicas. Em algumas áreas periféricas e de baixa densidade, modos alternativos ou descentralizados de prestação de serviços podem ser mais apropriados do que estender as redes formais. Autoridades nacionais e agências de desenvolvimento podem investir para aumentar a capacidade regulatória de cidades ou serviços públicos e, com isso, ajudar a integrar serviços alternativos, garantindo padrões básicos de qualidade e acessibilidade. **Kampala** seguiu uma abordagem de gestão baseada no desempenho para integrar fornecedores informais de saneamento, e algumas cidades na **Índia** organizaram o setor de trânsito informal por meio da emissão de permissões, regulamentação de tarifas e autorização de sindicatos.³⁸

Os prestadores de serviços informais costumam ser pressionados ou sobrecarregados de maneiras que dificultam sua operação. Em muitas cidades do Sul global, é o transporte informal ou alternativo que atende à maioria das pessoas que não possuem acesso a um sistema de transporte público confiável.

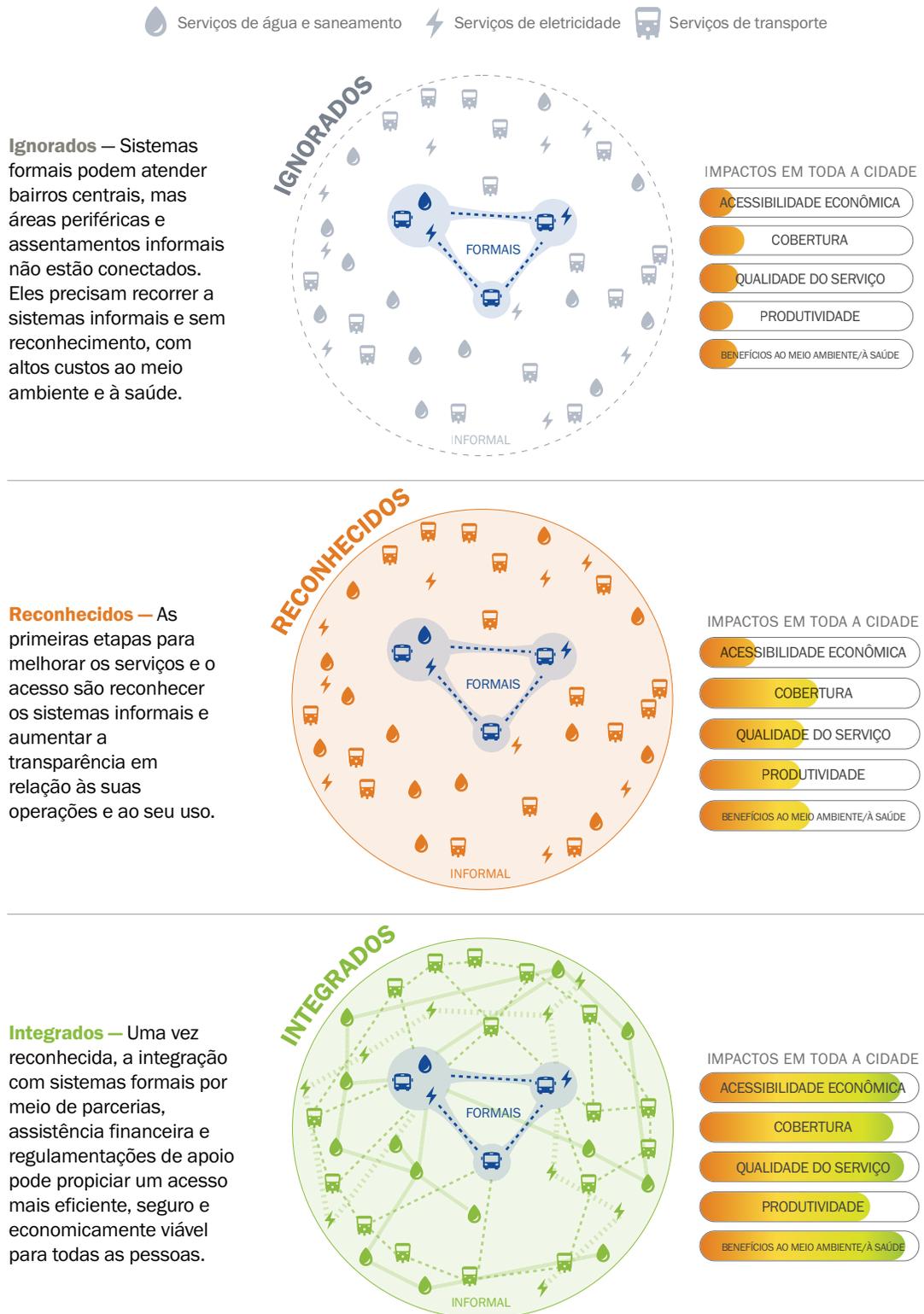
2. Estabelecer e apoiar novas parcerias para a prestação conjunta de serviços

Muitas cidades demonstraram que a parceria com comunidades e empreendedores privados pode expandir os serviços de maneiras que atendem melhor às necessidades locais. As comunidades também podem ajudar a gerenciar as operações locais, enquanto a cidade planeja e amplia a cobertura da infraestrutura formal. As concessionárias de água em **Lilongwe, Malawi** e **Nairóbi**, por exemplo, colaboram com organizações comunitárias e associações de usuários para supervisionar quiosques de água pré-pagos em assentamentos informais. Esses acordos dão às comunidades a oportunidade de indicar como o serviço deve ser prestado e onde as instalações devem ser construídas, além de criar oportunidades de trabalho locais.³⁹

A Figura SE-5 destaca como as cidades que passam a reconhecer e integrar soluções alternativas podem melhorar o acesso aos serviços em toda a cidade. No caso do transporte urbano, enquanto algumas cidades proibiram operadoras alternativas, outras, como **Cidade do Cabo, na África do Sul**, **Lagos, na Nigéria**, e **Indore, na Índia**, integraram-nas a novos sistemas de transporte, oferecendo assistência financeira para qualificar veículos e treinamentos para desenvolver novas habilidades.⁴⁰



Figura SE-5 | **Serviços alternativos existentes podem ser integrados aos serviços públicos para melhorar o acesso de todos**

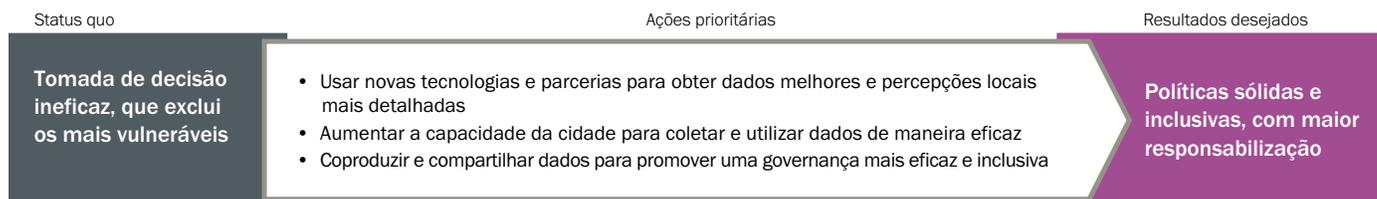


Observações: Os impactos em toda a cidade são esquemáticos.

Fonte: Autores.

TRANSFORMAÇÃO 3: COLETA DE DADOS — APRIMORAR OS DADOS LOCAIS POR MEIO DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Dados locais confiáveis e abertos ajudam a garantir políticas e investimentos sólidos, a entender os impactos nas comunidades vulneráveis e a melhorar os processos de governança nas cidades.



O que deve mudar e por quê

As cidades não podem resolver problemas que não sejam bem compreendidos — e muitas delas possuem apenas informações limitadas sobre as necessidades dos residentes. Essas lacunas de informação levam a políticas mal embasadas, ineficazes ou incompletas ou mesmo a uma paralisia na hora de escolher entre prioridades conflitantes. Mesmo quando há dados disponíveis, as cidades geralmente carecem de capacidade técnica para gerenciar, compartilhar e usar esses dados como embasamento na tomada de decisões. A falta de dados também é um obstáculo para responsabilizar os governos.

Em cidades com dificuldades e emergentes, com recursos limitados para coleta de dados, pesquisas abrangendo toda a cidade são realizadas com pouca frequência ou nunca são realizadas. Ao mesmo tempo, essas pesquisas não têm a granularidade necessária para fazer inferências significativas sobre grupos vulneráveis ou carentes de serviços básicos como água e saneamento. As cidades com frequência permanecem alheias às dimensões da força de trabalho informal ou às privações dos moradores de assentamentos informais, uma vez que esses grupos não são incluídos em pesquisas e censos formais.

Ações prioritárias

1. Usar novas tecnologias e parcerias para melhorar a coleta de dados e obter percepções locais mais detalhadas

Uma explosão de novas tecnologias tem revolucionado a coleta de dados. Hoje, dados referentes à cobertura e ao acesso a serviços podem ser coletados de maneira econômica, frequente e com alta resolução de detalhes espaciais e desagregação entre grupos socioeconômicos. Ferramentas para realizar pesquisas rápidas e coletar informações de crowdsourcing, registros anônimos de telefones celulares, transações eletrônicas e imagens de satélite podem gerar quantidades de informações sem precedentes. Cidades na **China, Índia, Ruanda, Tanzânia** e alguns países da América

Latina estão utilizando imagens de satélite, junto a outras tecnologias, para mapear o uso do solo e os padrões de desenvolvimento.⁴¹ Fontes emergentes de “big data” podem deixar de fora pessoas de baixa renda que não tenham telefone celular ou conta bancária. Mas as cidades podem fazer parcerias com comunidades, universidades e com o setor privado para complementar esses dados (veja a Figura SE-6).

2. Aumentar a capacidade da cidade de coletar e utilizar dados de maneira eficaz

Governos nacionais e regionais, bem como agências de desenvolvimento, podem investir para ampliar essa capacidade nas cidades. Isso pode ser feito por meio do fornecimento das ferramentas e do treinamento necessários para coletar, analisar e compartilhar dados e utilizá-los como embasamento de políticas públicas. Dessa forma, as cidades estarão mais aptas a enfrentar desafios regionais como a redução da poluição do ar, gestão de recursos hídricos, mitigação de riscos climáticos e conservação da biodiversidade e dos espaços verdes. Também podem se tornar mais bem equipadas para medir e compreender os impactos das políticas públicas, principalmente nas populações vulneráveis.

3. Coproduzir e compartilhar dados para promover uma governança mais eficaz e inclusiva

Investir em dados melhores pode aprimorar a tomada de decisões e trazer benefícios ao longo do tempo — aumentando a eficiência no uso de recursos, ajudando a planejar e evitar riscos futuros, apoiando a participação dos cidadãos nos processos de formulação de políticas e viabilizando uma prestação de serviços mais justa. Democratizar a produção e o acesso aos dados ao integrar os conhecimentos da comunidade nesse processo pode expor lacunas na ação governamental. Também pode ajudar as comunidades a identificar problemas e defender mudanças. Por exemplo, sob a iniciativa Know Your City (Conheça sua Cidade), da

Slum/Shack Dwellers International, os dados coletados pelas próprias comunidades de milhares de assentamentos informais em aproximadamente 500 cidades estão sendo usados para qualificar serviços básicos e embasar o

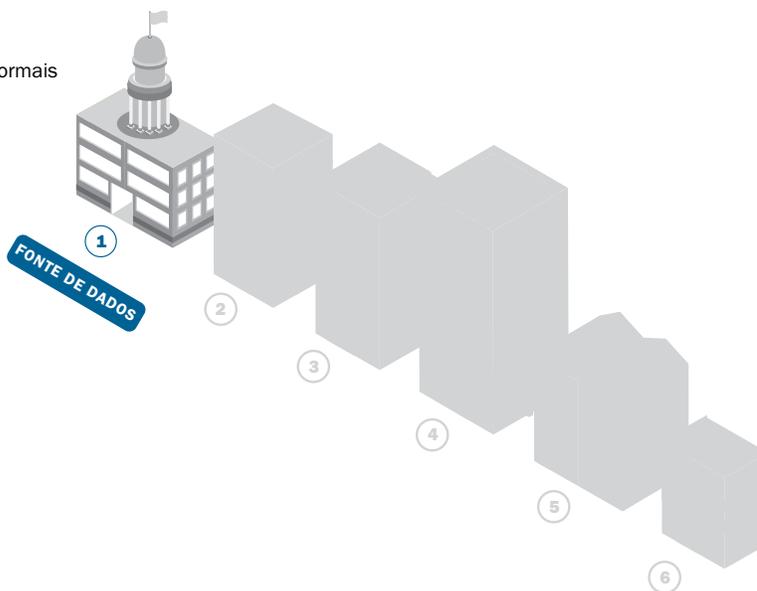
planejamento. Em **Nairóbi**, grupos comunitários mapearam mais de 50 mil famílias na cidade, identificaram prioridades e conseguiram pressionar a empresa de água e esgoto da cidade para fornecer fontes de água mais convenientes.⁴²

Figura SE-6 | **Dados de diferentes fontes e atores levam a tomadas de decisão mais eficazes e inclusivas**

Quando não há capacidade e dados corretos....

Política ineficaz, excludente

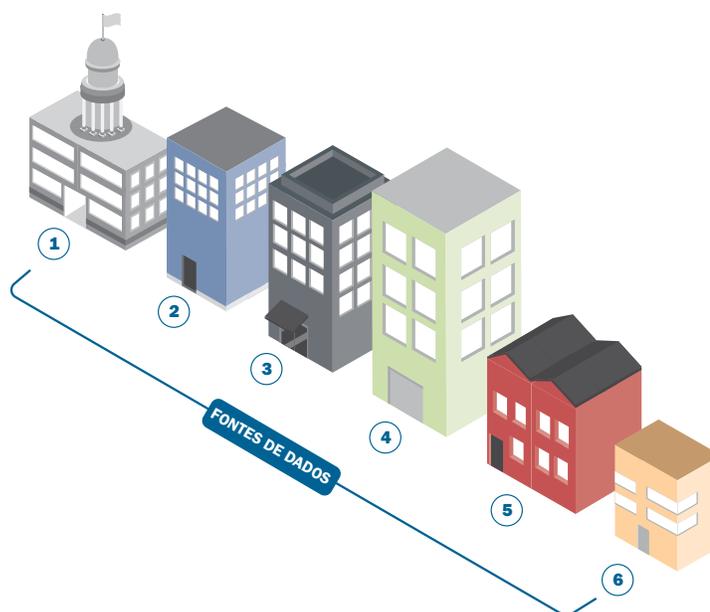
- 1 **Agências governamentais**
 - Dados desatualizados, apenas de áreas formais
 - Dados desagregados e insuficientes
- 2 **Setor privado**
- 3 **Organizações globais/nacionais**
- 4 **Instituições de pesquisa**
- 5 **Universidades**
- 6 **Organizações comunitárias**



Quando capacidades e dados diversificados são utilizados....

Política eficaz e inclusiva, com metas e indicadores bem embasados

- 1 **Agências governamentais**
 - Dados atualizados sobre o acesso a serviços
 - Dados desagregados e submunicipais
- 2 **Setor privado**
 - Dados sobre a prestação de serviços
 - Dados financeiros
- 3 **Organizações globais/nacionais**
 - Dados geoespaciais e regionais
 - Dados de monitoramento dos ODS
- 4 **Instituições de pesquisa**
 - Dados sobre riscos climáticos
 - Dados de monitoramento dos ODS
- 5 **Universidades**
 - Demografia
 - Ambiente natural
- 6 **Organizações comunitárias**
 - Dados sobre assentamentos informais

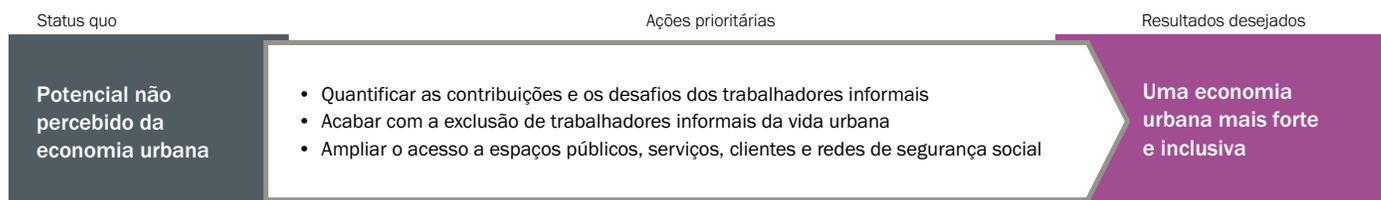


Observações: ODS = Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Autores.

TRANSFORMAÇÃO 4: TRABALHO INFORMAL — RECONHECER E APOIAR OS TRABALHADORES INFORMAIS

É preciso oferecer suporte às atividades econômicas informais porque elas fornecem não apenas meios de subsistência para os trabalhadores de baixa renda, como bens e serviços que mantêm a economia formal em funcionamento.



O que deve mudar e por quê

A economia informal é como um gigante invisível, muitas vezes esquecido, paralisado e privado do que precisa para funcionar com eficiência. Em todo o mundo, 2 bilhões de pessoas trabalham na economia informal. Nas cidades do Sul global, representam mais de 50% das oportunidades de trabalho em áreas urbanas; em alguns casos, até 80% a 90%.⁴³ Mukuru, um dos maiores assentamentos informais de **Nairóbi**, tem uma economia informal que gera quase US\$ 64 milhões por ano, representando 4% do orçamento nacional do **Quênia** e um quinto das receitas municipais de Nairóbi.⁴⁴ Mesmo assim, os trabalhadores informais enfrentam graves desigualdades no acesso aos serviços urbanos, o que pode reduzir sua produtividade e ameaçar seus meios de subsistência. Nossa pesquisa mostra que a falta de acesso adequado a espaços, serviços e oportunidades públicas prejudica mais os pequenos empreendimentos informais. Aumentar esse acesso, bem como oferecer linhas de crédito para que os trabalhadores informais desenvolvam seus negócios, pode alavancar o crescimento econômico inclusivo e a prosperidade.⁴⁵

Por que esse gigante permanece nas sombras: as informações sobre trabalho e produtividade nas cidades concentram-se no setor formal e ignoram o trabalho informal. Assim, autoridades municipais que se concentram em medidas convencionais para geração de empregos muitas vezes deixam de reconhecer a importância da força de trabalho informal, bem como dos trabalhadores domiciliares que vivem em assentamentos informais. Pesquisas acadêmicas, doadores e instituições multilaterais também costumam ter o setor formal como foco de atuação.⁴⁶ No entanto, é inviável apoiar a população carente das cidades de forma efetiva excluindo o setor informal. As pessoas mais pobres e as mulheres constituem uma parcela desproporcional da força de trabalho informal.⁴⁷ As mulheres, por exemplo, representam 88% dos vendedores ambulantes em **Gana**, 68% na **África do Sul** e 63% no **Quênia**.⁴⁸

Ações prioritárias

1. Quantificar as contribuições e os desafios dos trabalhadores informais

As cidades precisam dedicar esforços para avaliar o valor gerado pelos trabalhadores informais e pelas empresas localizadas em assentamentos informais. Dharavi, localizada em **Mumbai, na Índia** — e frequentemente considerada a maior favela da Ásia —, tem uma economia informal ativa que compreende cerca de 20 mil pequenas empresas que produzem couro, têxteis e produtos de cerâmica exportados ao redor do mundo, com um faturamento anual de mais de US\$ 1 bilhão.⁴⁹ Os relatórios mostram que 60% dos resíduos segregados de Mumbai são processados em Dharavi, onde vivem quase 30 mil catadores.⁵⁰ Um estudo realizado em 50 cidades indianas concluiu que a contribuição total dos moradores de assentamentos informais urbanos é de 7,5% do PIB nacional.⁵¹ Entre um terço e metade dessas pessoas carecia de um ou mais serviços urbanos, um número que aumentou para 80% nos estados indianos de renda mais baixa. Isso afeta a produtividade e a qualidade de vida desses trabalhadores, além de gerar elevados custos-sombra para a economia, com impactos negativos no bem-estar e na resiliência econômica, como evidenciado durante a pandemia.

2. Deixar de excluir os trabalhadores informais da vida urbana

Reconhecer a legitimidade dos trabalhadores informais e domiciliares e conceder-lhes os mesmos direitos (Figura SE-7) pode contribuir para a resiliência econômica das cidades. Para isso, as cidades devem aumentar a produtividade e o bem-estar desses trabalhadores. E podem fazer isso garantindo que tenham moradia decente, sejam atendidos por serviços confiáveis de energia e água e tenham acesso a um sistema de transporte que os conecte a fornecedores e mercados. Em cidades indianas como **Surat** e **Ahmedabad**, o Mahila Housing Trust faz isso negociando com agências municipais e obtendo fundos municipais em nome dos trabalhadores informais. Esses fundos são usados para melhorar as condições de moradia e promover o acesso a tecnologias

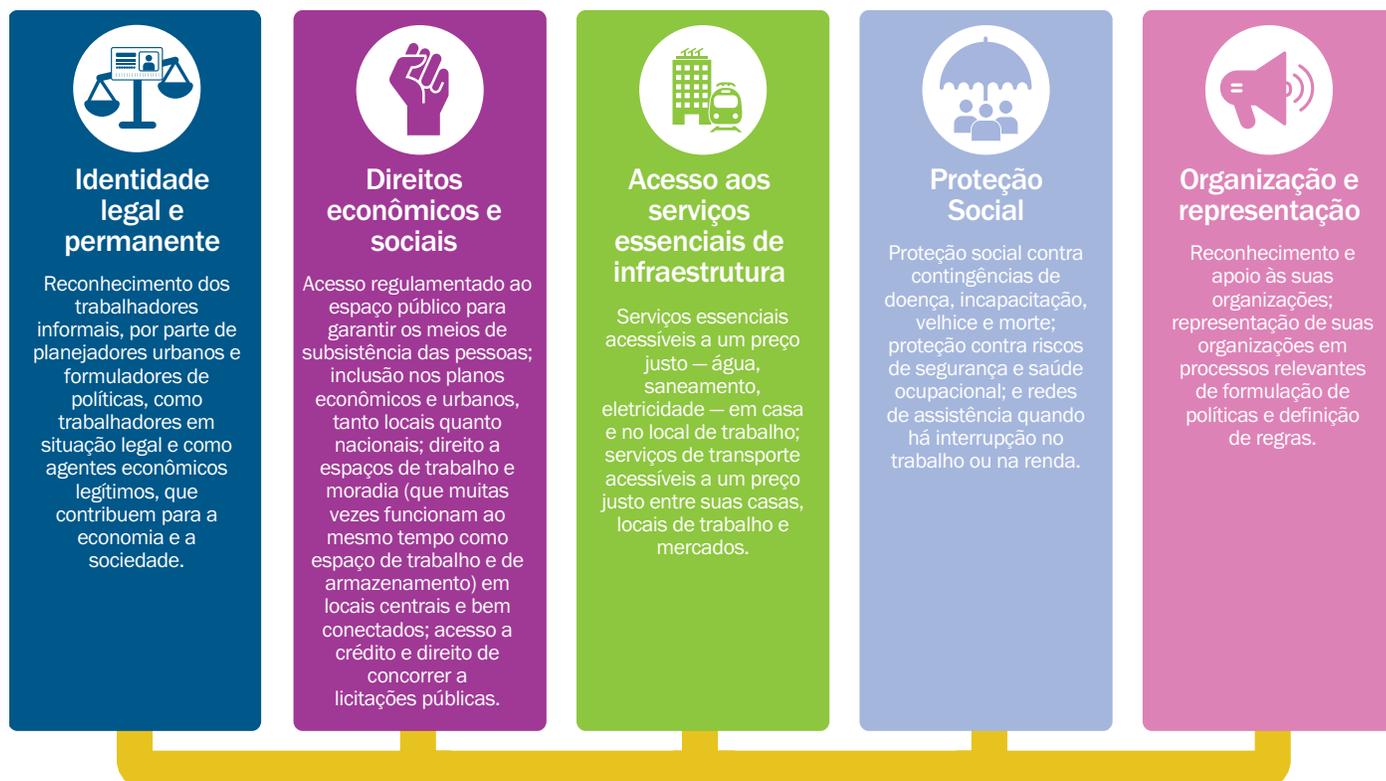
de energia solar para operar geladeiras, ferros de soldar e máquinas de costura em empresas domésticas. A medida contribuiu para aumentar a renda, economizar dinheiro e reduzir o consumo de energia.⁵² Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, uma vez que as restrições de saúde mantiveram os operadores de transporte informal fora das ruas, a **Nigéria** dedicou quase US\$ 200 milhões como parte de um fundo de sobrevivência para compensar os trabalhadores informais.⁵³

3. Expandir o acesso a espaços públicos, serviços, clientes e redes de assistência social

As cidades podem adquirir bens e serviços dos trabalhadores informais, tornar suas operações menos onerosas e precárias e garantir acesso a linhas de crédito para que possam expandir seus negócios ou investir em habitação. Enfrentando muitas restrições e taxas, os trabalhadores informais podem pagar um preço alto pelo direito de trabalhar. Reduzir os custos e a burocracia pode melhorar a segurança no emprego e os meios

de subsistência, ao mesmo tempo em que gera benefícios para toda a cidade. Por exemplo, algumas cidades implementaram zonas e mercados específicos para os vendedores ambulantes.⁵⁴ **Bengaluru e Pune, na Índia**, bem como várias cidades no **Brasil, na Colômbia e na Argentina**, assinaram contratos com cooperativas de catadores antes informais para realizar a coleta de lixo de porta em porta. Uma medida como essa não apenas apoia meios de subsistência seguros, como contribui para a reciclagem e a gestão de resíduos em toda a cidade, protegendo o meio ambiente e reduzindo as emissões de GEE.⁵⁵ Em Bengaluru, os catadores coletam resíduos sólidos que, de outra forma, acabariam acumulados nas ruas, espaços públicos, cursos de água urbanos, aterros sanitários ou incineradores. Assim, esses trabalhadores protegem o meio ambiente e reduzem as emissões de GEE.⁵⁶

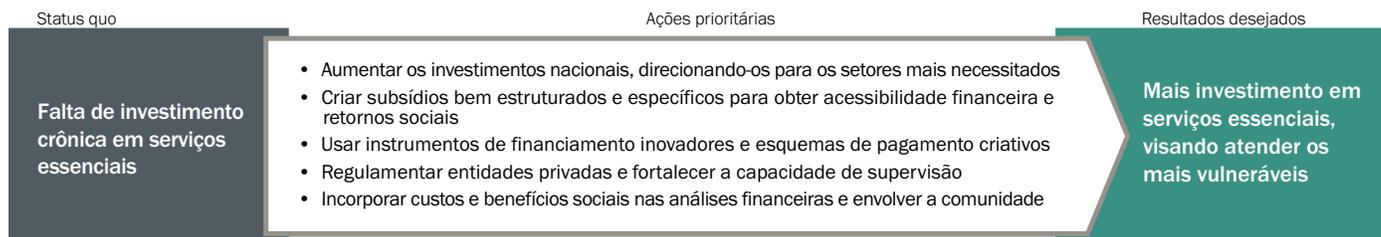
Figura SE-7 | **As cidades podem apoiar os trabalhadores informais de várias maneiras a fim de promover uma economia mais inclusiva**



Fonte: Chen e Beard, 2018.

TRANSFORMAÇÃO 5: FINANCIAMENTO E SUBSÍDIOS — AUMENTAR INVESTIMENTOS E DIRECIONAR RECURSOS DE FORMA INOVADORA

Cidades, países e investidores precisam aumentar substancialmente seus investimentos e direcioná-los de forma inovadora para preencher a lacuna existente nos serviços urbanos financeiramente acessíveis.



O que deve mudar e por quê

As cidades não estão fazendo os investimentos necessários para preencher as lacunas nos serviços essenciais que claramente serviriam ao interesse público e se pagariam por si mesmos. O preço para acabar com essa lacuna muitas vezes está além do que as cidades de baixa e média renda podem pagar. Elas não têm condições de coletar a receita tributária necessária para financiar projetos de infraestrutura de alto custo, mas deixar de criá-los pode dar origem a um problema ainda maior.⁵⁷ De acordo com a Organização Mundial da Saúde, fornecer água potável para todos os habitantes urbanos custaria US\$ 141 bilhões em cinco anos.⁵⁸ A água não tratada e o saneamento inadequado, por sua vez, custam atualmente 10 vezes mais, principalmente em termos de tempo e custos de saúde.⁵⁹

As cidades precisam do apoio dos governos nacionais para financiar grandes investimentos em infraestrutura. Os governos nacionais arrecadam quase três quartos do total das receitas públicas em todo o mundo,⁶⁰ mas não fornecem o apoio fiscal confiável de que as cidades precisam para planejar e implementar projetos de infraestrutura urbana de forma bem-sucedida. Muitos projetos dependem dos recursos de agências de amparo internacional, mas as cidades não podem receber empréstimos diretamente. Ou seja, precisam que os governos nacionais contraiam ou garantam esses empréstimos.

A privatização provou não ser uma solução milagrosa. Para expandir os serviços, desde a década de 1990 os governos passaram a apostar na privatização. A ideia era aproveitar recursos financeiros, técnicos e de gestão adicionais. No entanto, a privatização de muitos serviços urbanos não funcionou sem subsídios do governo, especialmente para os mais pobres.⁶¹ No setor privado, as empresas precisam

cobrar o suficiente para recuperar os custos e obter lucro, mas as populações de baixa renda não têm como arcar com preços fora de sua capacidade. As experiências com a privatização também revelaram a necessidade de supervisão do setor público, para garantir o bom desempenho e o acesso equitativo.

O status quo reflete a tragédia da população mais pobre das cidades, à mercê de uma situação que ignora os custos sociais e econômicos da falta de investimentos. Os métodos usados para analisar os investimentos em infraestrutura urbana geralmente calculam apenas os custos de curto prazo e não levam em consideração os custos e benefícios econômicos reais de longo prazo para a cidade como um todo.

Ações prioritárias

1. Aumentar os investimentos do governo nacional, direcionando-os para onde há maior necessidade

Os custos de conexão e o capital inicial necessário, irregular mas duradouro, geralmente exigem financiamento de baixo custo e longo prazo do governo nacional, às vezes em conjunto com outras fontes. O financiamento do governo deve ser visto como um investimento, pois os serviços urbanos são essenciais para a produtividade. Bons exemplos incluem: o Programa Federal de Apoio ao Transporte de Massa do **México** (Programa Federal de Apoyo al Transporte Urbano Masivo; PROTRAM), que oferece subsídios para agências governamentais municipais, estaduais e regionais cobrindo até 50% do custo de infraestrutura em projetos de transporte público urbano; o Fundo Fiduciário do Setor de Água do **Quênia**, que fornece subsídios aos municípios para financiar serviços de água e saneamento em áreas mal atendidas; e, na **Índia**, o programa de financiamento de infraestrutura do governo nacional, chamado Missão Atal para

Rejuvenescimento e Transformação Urbana.⁶² **Bangladesh** combinou subsídios, microfinanças e empréstimos concessionários em 2003 para incentivar a adoção de painéis solares pelos proprietários de casas no país e alcançou a marca de 3 milhões de sistemas instalados até 2014.⁶³

2. Criar subsídios bem estruturados com foco em acessibilidade econômica e retornos sociais⁶⁴

Fornecer subsídios específicos para conexões de eletricidade e água para a parcela da população que mais precisa tem se mostrado uma ação eficaz e acessível, permitindo que as pessoas paguem os custos iniciais ao longo do tempo. Muitas cidades no **Chile, na Colômbia e na África do Sul** subsidiam água para famílias abaixo de um determinado limite de renda, usando as classificações socioeconômicas existentes.⁶⁵ No entanto, tais programas devem ser elaborados com cuidado, para garantir que as comunidades menos favorecidas obtenham os benefícios pretendidos. Por exemplo, na África do Sul, saneamento básico gratuito é fornecido apenas para proprietários formais, o que exclui inquilinos informais e aqueles sem título formal de suas casas.⁶⁶ Isso leva a uma situação de dupla penalização: as pessoas mais pobres gastam mais em serviços de qualidade inferior e os subsídios com financiamento público, originalmente destinados às pessoas de baixa renda, vão para os grupos de renda mais alta.

3. Usar instrumentos de financiamento inovadores e esquemas de pagamento criativos

Combinar o financiamento do governo nacional com instrumentos de financiamento locais, tanto tradicionais quanto inovadores, pode apoiar investimentos essenciais. Os impostos sobre a propriedade e os subsídios podem ser combinados com inovações, como técnicas de arrecadação de valores imobiliários (descritas na Transformação 6) ou títulos verdes. **Ouagadougou, em Burkina Faso**, utilizou a receita obtida com as contas de saneamento de famílias de alta renda para ajudar a custear saneamento seguro para famílias de baixa renda, além de apoiar um programa de treinamento de práticas seguras de despejo e a construção de latrinas escolares.⁶⁷ **A Cidade do México, capital mexicana**, emitiu seu primeiro título verde em 2016, com recursos usados para iluminação com eficiência energética, melhorias no sistema BRT e modernização da infraestrutura de saneamento.⁶⁸ Mecanismos inovadores como esses são essenciais para capturar valor dos investimentos públicos, gerar fontes potenciais de receita e possibilitar parcerias com o setor privado. No **Chile**, o programa ABC usa esquemas criativos para que os residentes tenham acesso a crédito imobiliário. O programa usa suas economias como base para oferecer empréstimos e subsídios para tornar a habitação mais acessível.⁶⁹ Empresas como a M-KOPA oferecem acesso de baixo custo e pré-pago à energia solar e já conectaram mais de 280 mil casas à eletricidade no **Quênia, na Tanzânia e em Uganda** desde 2012.⁷⁰

4. Regularizar entidades privadas e fortalecer a capacidade de supervisão

O setor privado não pode servir ao interesse público sem regulamentação do setor público. Embora o setor público seja responsável por fornecer serviços urbanos essenciais, os governos podem decidir contratar entidades privadas para construir infraestrutura física e prestar serviços. A maior parte das responsabilidades regulatórias está com as autoridades nacionais, mas as autoridades locais podem monitorar a prestação de serviços em suas jurisdições. Podem promover um maior envolvimento das comunidades e organizações da sociedade civil na busca de soluções para os desafios econômicos e de acesso enfrentados pela população menos favorecida. Os reguladores precisam de treinamento e capacitação para as tratativas com gestores de serviços públicos e com financiadores para negociar melhores resultados, além de autoridade e vontade política para fazer cumprir suas decisões.

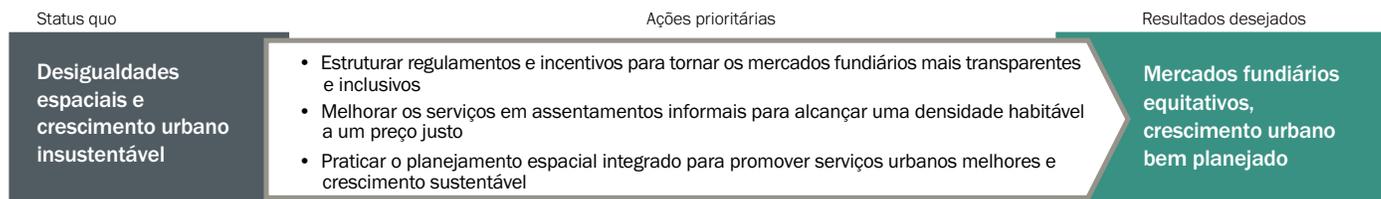
5. Incorporar custos e benefícios sociais mais amplos na análise financeira e envolver a comunidade

As decisões de investimento em infraestrutura devem ser baseadas em benefícios ambientais e sociais de longo prazo, como impactos na produtividade e na saúde, não apenas em considerações financeiras de curto prazo. Por exemplo, se considerarmos os impactos positivos em termos de meios de subsistência, saúde, ganhos econômicos e perdas evitadas, os investimentos em infraestrutura e resilientes ao clima trazem mais benefícios do que custos, em uma proporção de quatro para um.⁷¹ A melhor maneira de direcionar e alocar fundos públicos e planejar investimentos em infraestrutura de forma eficaz é envolver as comunidades locais. A experiência de **Porto Alegre, no Brasil**, enfatiza como um orçamento participativo bem estruturado pode catalisar o envolvimento dos cidadãos para direcionar esses fundos públicos às necessidades da comunidade.⁷²

Fornecer subsídios específicos para conexões de eletricidade e água para a parcela da população que mais precisa tem se mostrado uma ação eficaz e acessível, permitindo que as pessoas paguem os custos iniciais ao longo do tempo.

TRANSFORMAÇÃO 6: GESTÃO DE USO DO SOLO URBANO — PROMOVER TRANSPARÊNCIA E PLANEJAMENTO ESPACIAL INTEGRADO

Mercados fundiários transparentes e bem regulamentados e um planejamento espacial integrado eficaz são absolutamente essenciais para prestar serviços de maneira equitativa e garantir o futuro da cidade a longo prazo.



O que deve mudar e por quê

No Sul global, muitos mercados fundiários não refletem o verdadeiro valor que representam para as cidades. Isso se deve à falta de transparência nos registros de terras e direitos de propriedade, supervisão insuficiente e regulamentação ineficaz. Esse cenário pode permitir que os desenvolvedores privados comprem terras por um valor muito baixo e lucrem excessivamente, capturando, no valor da terra, os ganhos que resultam de investimentos públicos em infraestrutura. O conluio entre políticos e desenvolvedores privados é uma das razões para que isso aconteça. Mercados fundiários pouco transparentes dificultam, para os governos locais no Sul global, a exploração de áreas urbanas como base tributária e fonte de financiamento municipal relevante.⁷³

Quando os governos municipais não possuem autoridade, recursos ou capacidade técnica para planejar, o desenvolvimento é impulsionado pela busca dos proprietários por lucros, e não pelos melhores interesses públicos. Em todo o mundo, o território urbano deve aumentar 80% entre 2018 e 2030,⁷⁴ mas justamente nas cidades que mais crescem os governos têm pouco controle sobre como e onde esse crescimento acontece. Essas cidades não contam com planos diretores de uso do solo ou eles são mal executados, e os investidores privados conseguem construir em locais distantes, desconectados da prestação de serviços e das oportunidades de trabalho. As políticas governamentais que impulsionam o investimento em habitação e zonas econômicas especiais nas áreas periféricas, bem como políticas restritivas de densidade nas áreas centrais, também são um fator contribuinte.

Tentar modernizar bairros distantes e não planejados com serviços públicos pode ser excessivamente caro para as cidades.⁷⁵ Modernizar custa mais do que investir ou planejar a infraestrutura com antecedência. Em termos de custos sociais e ambientais de longo prazo, as cidades pagam um preço alto pelo desenvolvimento fragmentado. A expansão não planejada pode assumir a forma de assentamentos formais

ou informais. Assentamentos informais ou autoconstruídos estão crescendo nas cidades do Sul global. São áreas que carecem de serviços públicos essenciais, sofrem com moradias de baixa qualidade e espaços superlotados e nas quais, muitas vezes, as pessoas não possuem escrituras de seus terrenos ou garantias de posse, mesmo que tenham vivido neles por várias gerações.

Ações prioritárias

1. Estruturar regulamentos e incentivos para tornar os mercados fundiários mais transparentes e inclusivos

As cidades podem usar uma série de políticas, regulamentos e instrumentos fiscais para tornar os mercados fundiários mais inclusivos, eficientes e receptivos às necessidades do público.⁷⁶ Podem estabelecer incentivos para direcionar o desenvolvimento para locais específicos, impor limites sobre quanto tempo a área pode ser mantida sem construções, tributar áreas e construções ociosas e implementar políticas de arrecadação de valores imobiliários que beneficiem tanto os incorporadores de áreas privadas quanto a cidade. Para fazer isso, as cidades precisam de registros de terras completos e precisos, e novas tecnologias podem ajudar a fornecer uma imagem mais clara do que de fato acontece no solo urbano. Cada vez mais, cidades na **China, Índia, Tanzânia** e em alguns países latino-americanos usam imagens de satélite de baixo custo combinadas com levantamentos feitos por drones para monitorar o crescimento formal e informal, completar cadastros ou registros de terrenos e coletar receitas fiscais.⁷⁷ Os impostos sobre a propriedade e os esquemas de arrecadação de valores imobiliários em cidades como **Bogotá e São Paulo**⁷⁸ permitem que a infraestrutura da cidade acompanhe seu crescimento. Cidades como **São Paulo (Brasil), Cidade do México (México) e Joanesburgo (África do Sul)** oferecem incentivos e subsídios nacionais à habitação

para que os incorporadores construam moradias populares em zonas designadas com base no acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho.⁷⁹

2. Melhorar os serviços em assentamentos informais para alcançar uma densidade habitável e financeiramente acessível

Densidade habitável e financeiramente acessível significa um nível de densidade que permita uma boa qualidade de vida e bem-estar para todos, especialmente os mais vulneráveis. Isso implica espaços residenciais sem superlotação, com bom acesso aos serviços essenciais e uma escala humana que atinja uma divisão equilibrada entre prédios médios e altos, espaços públicos abertos e conectividade das vias. Para assentamentos informais, as cidades devem priorizar a melhoria da infraestrutura local existente em vez de deslocar os residentes para moradias na periferia. Para que isso seja possível, contudo, os locais escolhidos devem ser protegidos de eventos climáticos e riscos relacionados, adequados para habitação, com padrões de planejamento flexíveis para manter a habitação acessível a um preço justo. Conforme mencionado na Transformação 1 em moradias populares, as cidades africanas de **Windhoek** e **Nairóbi** são exemplos de colaboração com grupos comunitários para qualificar os assentamentos informais adotando padrões de planejamento revisados capazes de manter as moradias financeiramente acessíveis.⁸⁰ O programa Baan Mankong, do Community Organizations Development Institute em **Bangkok**, também é um exemplo de sucesso de melhoria de assentamentos informais em escala — abrangendo mais de 215 cidades em parceria com as comunidades.⁸¹ Com uma proporção significativa de pessoas vivendo com títulos de propriedade e direitos de posse incertos, algumas cidades têm tentado aumentar essa garantia para residentes vulneráveis, aceitando títulos e sistemas de posse já existentes e reconhecidos pela comunidade.⁸² **Botswana, Namíbia, Ruanda e Zâmbia** estão reconhecendo a propriedade da terra tribal e consuetudinária como parte dos sistemas formais de posse da terra e programas de atualização.⁸³

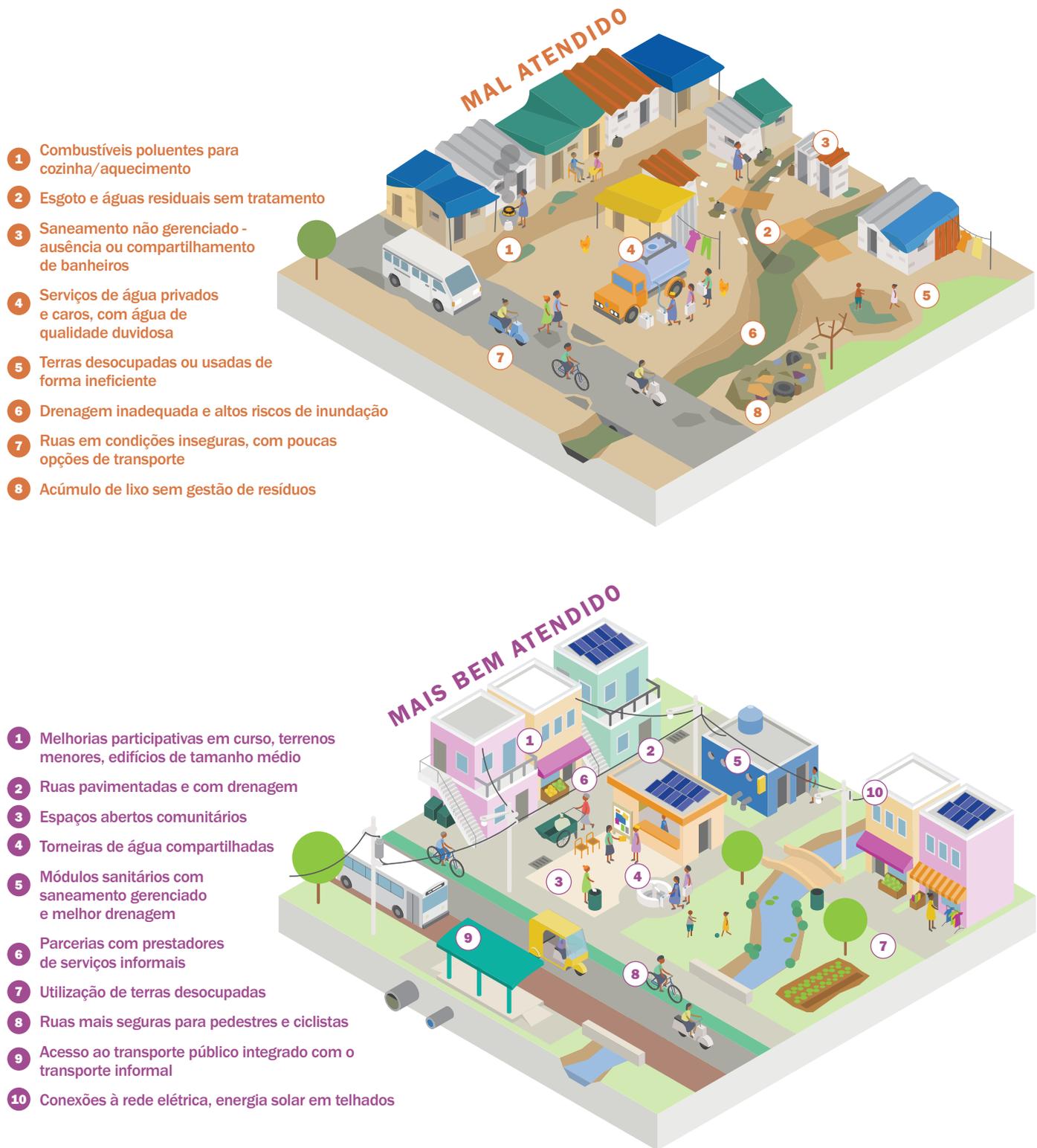
3. Praticar o planejamento espacial integrado para promover serviços urbanos melhores e crescimento sustentável

As cidades devem desenvolver políticas de densidade e uso do solo — alinhadas em escala metropolitana, regional e local — para orientar o crescimento municipal e o desenvolvimento dos bairros.⁸⁴ Novos dados da série “Rumo a uma cidade equitativa”, referentes a padrões de crescimento dentro e ao longo de cerca de 500 cidades, destacam a necessidade de uma abordagem dupla ao considerar as áreas para as quais expandir a oferta de serviços. Construir para cima, de forma moderada e com densidade mais alta, é a maneira mais eficiente de usar o solo em áreas bem conectadas, mas ociosas, subutilizadas ou pouco povoadas, protegidas do clima ou de outros riscos ambientais (veja a Figura SE-8). No entanto, para construir moradias mais acessíveis financeiramente para



populações em crescimento, as cidades precisarão estender a infraestrutura e adicionar algumas áreas atendidas em sua periferia. Na **Índia**, as cidades de **Ahmedabad** e **Hyderabad** implementaram Esquemas de Planejamento Urbano para controlar o crescimento, assim como **Seul, na Coreia do Sul**, e outras cidades que já usaram políticas de reajuste de áreas no passado. Essas políticas criam áreas atendidas para projetos de desenvolvimento urbano nos quais os proprietários cedem uma parte de suas terras e a cidade fornece a infraestrutura e os serviços.

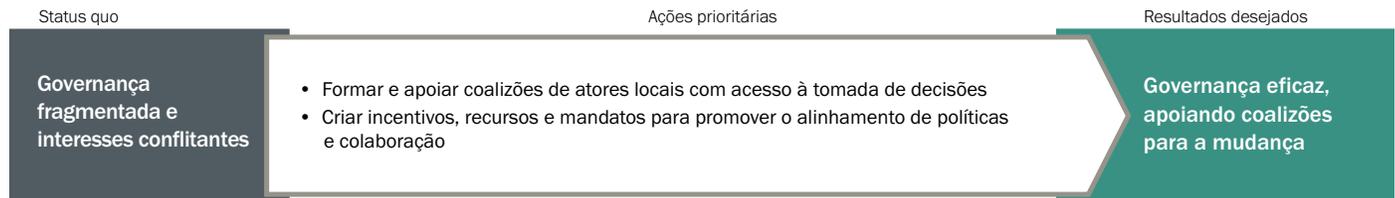
Figura SE-8 | **Uso do solo eficiente com garantia de conectividade a oportunidades de trabalho e serviços agrega valor às cidades**



Fonte: Autores.

TRANSFORMAÇÃO 7: GOVERNANÇA E INSTITUIÇÕES – CRIAR COALIZÕES DIVERSIFICADAS E ALINHAMENTO

As cidades precisam transformar a governança para trabalhar para, com e pelas pessoas. Coalizões diversificadas, envolvendo organizações públicas, privadas, de base e da sociedade civil, podem estimular a ação política em torno de uma visão compartilhada e alcançar mudanças duradouras se fortalecidas por políticas coerentes.



O que deve mudar e por quê

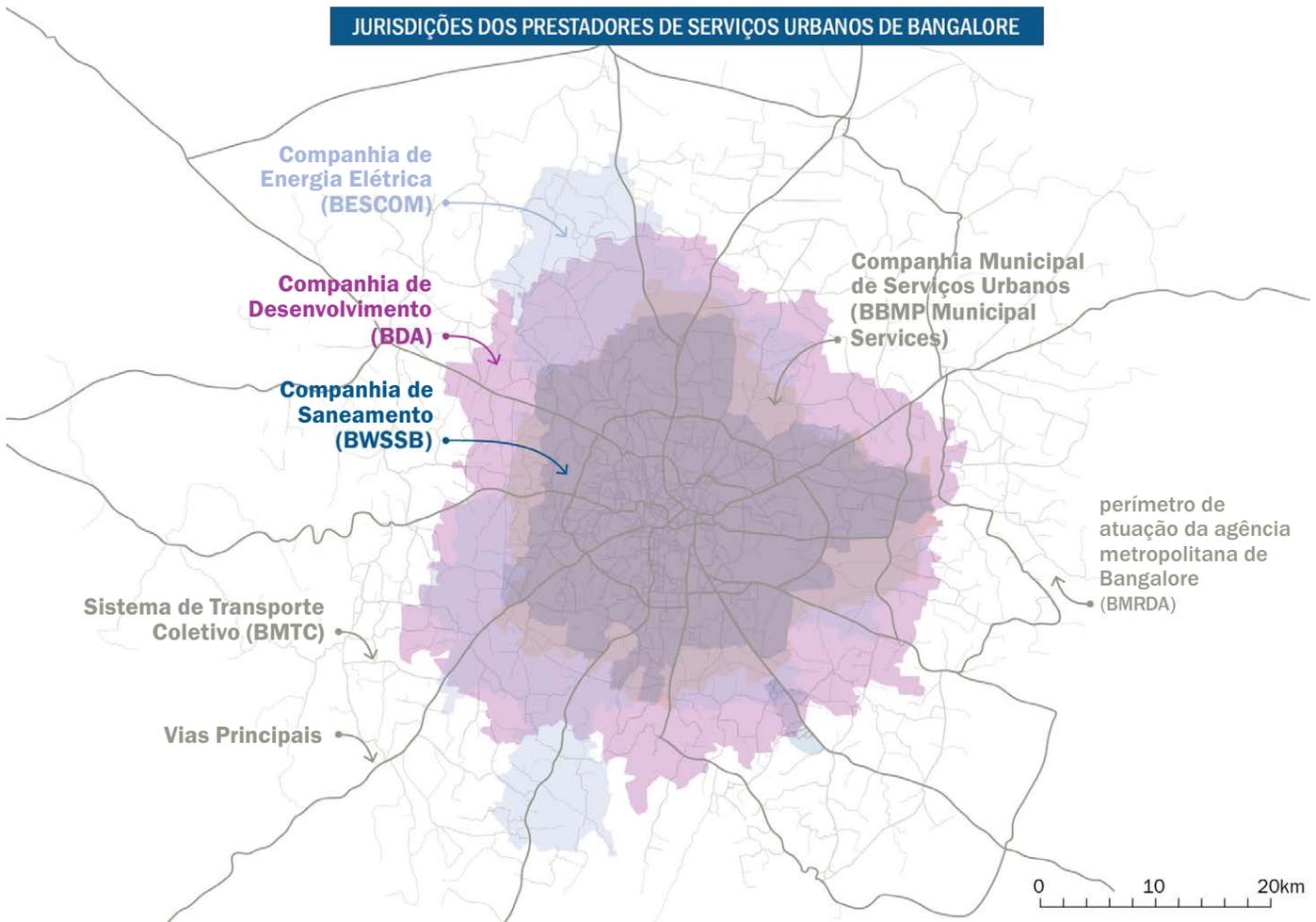
As cidades e áreas urbanas não existem isoladamente e podem não ter o poder, a jurisdição ou os recursos necessários para fazer mudanças por conta própria.

O acesso a transporte, energia, água e saneamento em geral depende de agências metropolitanas ou regionais, responsáveis pelo planejamento dessas redes. As agências municipais precisam de uma visão compartilhada ou um consenso para aproveitar as sinergias entre diferentes investimentos urbanos e evitar desperdício, ineficiência, lacunas e duplicação. As cidades precisam da cooperação dos governos nacionais e estaduais e da participação da sociedade civil para estabelecer um suporte duradouro para mudanças transformadoras.

A ausência de alinhamento se dá em parte porque estruturas e processos institucionais, muitas vezes estabelecidos quando as cidades eram menores, tornam-se obsoletos e inadequados à medida que estas se expandem. As jurisdições administrativas não correspondem mais à situação real, e as autoridades governamentais encarregadas de fornecer serviços podem não estar cientes ou não ter controle sobre os recursos naturais e o ambiente criado. Funcionários de diferentes departamentos podem não ter os mecanismos ou incentivos necessários para coordenar o planejamento e os investimentos e, dessa forma, podem acabar trabalhando com objetivos conflitantes. Por exemplo, em **Nairóbi** a empresa de água e saneamento instalou torneiras perto de um assentamento informal de alta densidade, mas a autoridade rodoviária as removeu apenas cinco anos depois para construir novas vias.⁸⁵ As áreas da cidade onde diversas agências prestam serviços podem nem mesmo coincidir, como mostra o mapa de **Bengaluru** na Figura SE-9. Além disso, burocracias hierárquicas rígidas, processos formais e informais confusos e inconsistentes, desconfiança, rivalidade política e má comunicação dificultam a colaboração e o alinhamento.



Figura SE-9 | Em Bengaluru, na Índia, as jurisdições das principais agências prestadoras de serviços não estão alinhadas



Observações: Bengaluru é o nome atual da cidade indiana anteriormente conhecida como Bangalore.

Fonte: Mahendra e Seto, 2019, contribuição do WRI Índia.

Ações prioritárias

1. Formar e apoiar coalizões de atores locais com acesso à tomada de decisões

A participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas pode oferecer perspectivas valiosas e catalisar um apoio político mais amplo para a mudança. Mudanças transformadoras exigem que seja mantida uma visão compartilhada entre diferentes partes interessadas, incluindo representantes de agências internacionais ou multilaterais que operam localmente. Quando os funcionários municipais dão as boas-vindas e capacitam esses grupos, eles podem evitar que políticas e programas essenciais sejam paralisados ou derrubados quando há mudanças de mandato ou quando o

comprometimento ou os recursos diminuem. Nossos estudos de caso em **Guadalajara**, no **México**; **Kampala**, em Uganda; e **Pune**, na Índia, mostram como coalizões da sociedade civil, grupos de pequenas empresas e representantes do governo trabalharam juntos para criar melhores espaços públicos em Guadalajara, aumentar o acesso ao saneamento em Kampala e melhorar o transporte e a gestão de resíduos sólidos em Pune.⁸⁶ Descobrimos que mudanças transformadoras são mais prováveis quando lideranças eficazes mobilizam pessoas e organizações em amplas coalizões que avançam com uma visão compartilhada (veja a Figura SE-10).

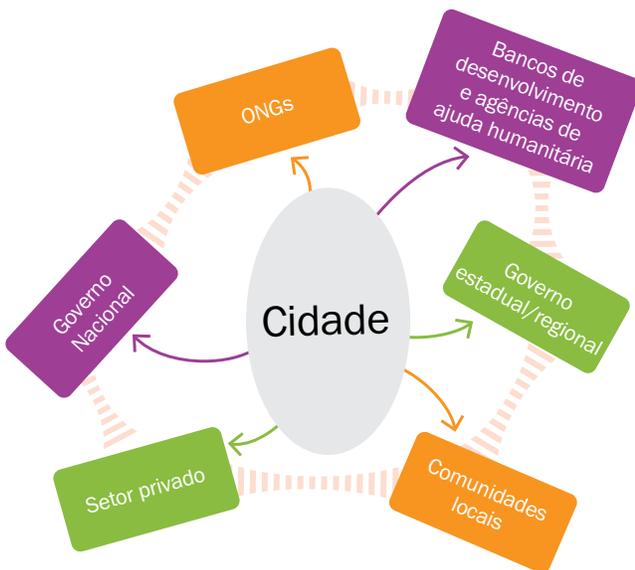
2. Criar incentivos, recursos e mandatos para promover alinhamento de políticas e colaboração

O alinhamento horizontal de políticas — entre agências setoriais e jurisdições municipais — permite o planejamento integrado e o enfrentamento dos desafios regionais, como prevenção da poluição e de inundações e a proteção da biodiversidade, pântanos e florestas. O alinhamento vertical — entre as instâncias local, regional e nacional de governo — impede que as políticas nacionais colidam ou negligenciem as necessidades e prioridades urbanas. Os níveis mais elevados de governo podem fornecer às agências metropolitanas a autoridade e os recursos de que precisam para fiscalizar o cumprimento dos planos de desenvolvimento,

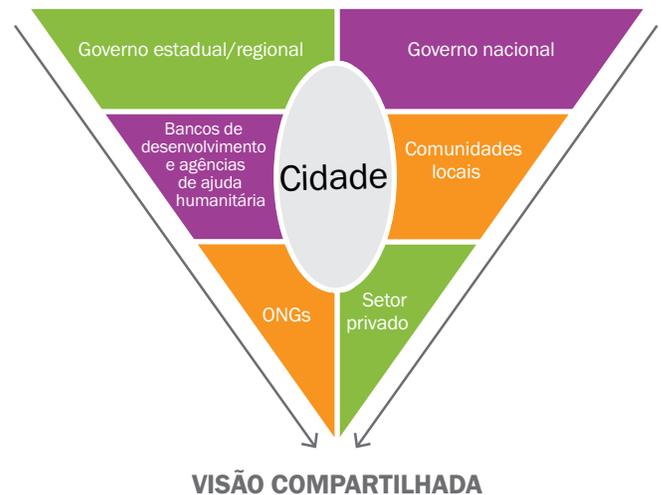
além de incentivos para a colaboração. Por exemplo, a Política Nacional de Mobilidade Urbana do **Brasil**, aprovada em 2012, exigia que mais de 3 mil municípios adotassem planos de mobilidade urbana até 2015. A lei foi acompanhada por um programa nacional de financiamento para infraestrutura de mobilidade urbana que incentivou as cidades a promover um trabalho coordenado entre as agências de uso do solo e transporte e outras jurisdições ao longo da elaboração desses planos.⁸⁷ Trabalhar para alinhar políticas e criar coalizões locais estimula a colaboração e o progresso de cima para baixo e de baixo para cima.

Figura SE-10 | **Alinhamento de políticas e uma visão compartilhada estimulam a colaboração**

Sem alinhamento entre os atores, a cidade sofre com os custos de agendas conflitantes, falta de coordenação nos investimentos, ineficiências e mudanças de curta duração.



Quando os atores estão alinhados em direção a uma visão compartilhada, a cidade é beneficiada com o aproveitamento de sinergias, menos compensações e mais colaboração entre os atores durante a implementação.



Observações: Este é um conjunto indicativo de atores com influência nas cidades.

Fonte: Autores.

UM APELO À AÇÃO URGENTE E UM ROTEIRO PARA PROMOVER MUDANÇAS TRANSFORMADORAS

Este relatório foi elaborado enquanto uma pandemia global assolava cidades em todo o mundo, afetando principalmente as pessoas de baixa renda. Com as áreas urbanas na linha de frente da crise, assistimos ao desdobramento em tempo real dos perigos apresentados neste relatório, tornando ainda mais urgentes as ações prioritárias aqui recomendadas.

A série “Rumo a uma cidade equitativa” documenta como o acesso mais equilibrado aos principais serviços urbanos não apenas melhora a qualidade de vida para a maioria das pessoas, como gera benefícios econômicos e ambientais em toda a cidade. Essa lição fundamental emerge da literatura, mas também de novas evidências coletadas em diversas cidades, setores e intervenções. Ao se comprometer com os ODS (especificamente com o ODS 11, sobre as cidades) e a Nova Agenda Urbana de 2015 a 2016,⁸⁸ os países definiram metas ambiciosas: habitação e transporte mais seguros, financeiramente acessíveis e adequados para todos; planejamento inclusivo e integrado; e melhor qualidade do ar, saneamento e outros serviços básicos. Eles prometeram tornar as cidades mais justas, sustentáveis e resilientes diante dos riscos impostos pelas mudanças climáticas. A série “Rumo a uma cidade equitativa” analisa o que os países e cidades que compartilham essa visão precisam fazer para concretizá-la. Além de orientar os esforços de recuperação da pandemia e reduzir as desigualdades por ela expostas, este conjunto de conhecimentos também pode contribuir para a justiça climática e para metas de transição justas nas cidades⁸⁹ (veja a Figura SE-11).

Resolver esses problemas pode parecer uma escalada íngreme e repleta de obstáculos, mas abordagens inovadoras e ações objetivas, se mantidas ao longo do tempo, podem gerar avanços. Recursos escassos, capacidade limitada, necessidades concorrentes, desigualdades arraigadas e interesses imediatos controversos são apenas alguns dos obstáculos que as cidades enfrentam. Mas deixar de agir agora fará com que esses desafios se tornem mais profundos e intransponíveis com o passar do tempo. A implementação das transformações detalhadas neste relatório

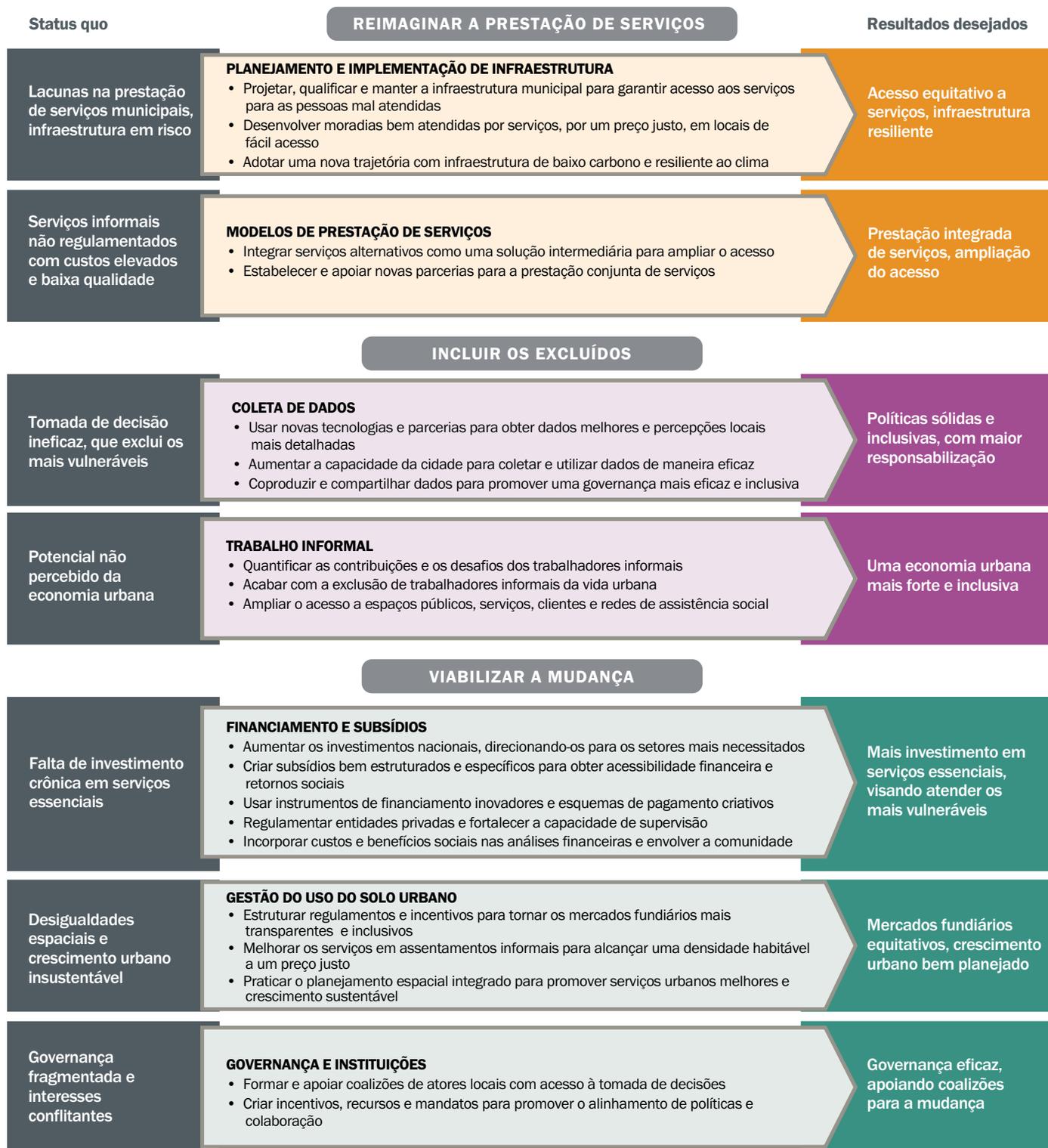
é um começo importante, mas nem todas as cidades saem do zero; diferentes cidades se encontram em diferentes pontos do *continuum* representado por essas transformações. No entanto, manter o status quo nas cidades do Sul global — a urbanização que degrada o meio ambiente, beneficia economicamente apenas as pessoas mais privilegiadas e poderosas, deixando a maior parte da população para trás — produzirá riscos ainda maiores, incluindo o tipo de desigualdade corrosiva e intratável que pode incitar distúrbios e violência.

As cidades também são engrenagens-chave na máquina econômica global, dentro da qual a busca pelo aumento da renda e a competitividade levaram a uma ênfase na criação de empregos de alta qualificação. Embora esse seja um movimento importante, deve ser equilibrado com a oferta de infraestrutura física e serviços a todos os moradores, a fim de promover o crescimento econômico inclusivo. É por isso que as sete transformações propostas neste relatório têm o objetivo de complementar o desenvolvimento econômico de forma mais ampla, sendo incorporadas aos esforços de recuperação da pandemia de Covid-19 e às estratégias climáticas que as cidades e os governos nacionais podem implementar.

O roteiro que compreende as sete transformações oferece um conjunto de ações prioritárias para cada uma e enfatiza como atores específicos podem implementá-las. O documento apresenta diversos exemplos de cidades que fizeram essas mudanças em meio a circunstâncias difíceis. Nem todas as cidades seguirão o mesmo caminho ou encontrarão o mesmo ponto de entrada. Mas, independentemente de onde começam, realizar essas transformações vai ajudá-las a traçar um caminho para um futuro mais próspero e resiliente.

Ao se comprometer com os ODS e com a Nova Agenda Urbana de 2015 a 2016, os países definiram metas ambiciosas: habitação e transporte mais seguros, a um preço justo e adequados para todos; planejamento inclusivo e integrado; e melhor qualidade do ar, saneamento e outros serviços básicos.

Figura SE-11 | **Este roteiro com sete transformações intersetoriais pode ajudar a alcançar uma cidade mais equitativa, próspera e sustentável**



Fonte: Autores.

NOTAS FINAIS

- Os dados sobre a população que vive em favelas (porcentagem da população urbana) são do Banco Mundial (2018b). Esta é uma estimativa conservadora, pois muito mais pessoas que vivem nas cidades, fora de favelas mas em áreas periféricas desconectadas, também enfrentam desafios semelhantes.
- OIT, 2018b.
- Mehrotra, 2019; Racaud et al., 2018.
- Florida, 2017; McGranahan et al., 2016; Nijman e Wei, 2020.
- Em todo o mundo, 4.245 cidades tinham populações superiores a 100 mil habitantes em 2010 (Angel et al., 2016).
- Banco Mundial, 2020b.
- Beard et al., 2016; Watson, 2009a
- Baseado em Mizrahi (2011): “Mecanismos de autoprovisão são definidos aqui como métodos e estratégias informais usados por indivíduos e grupos para atender seus interesses e necessidades imediatas de serviços. Ao escolher estratégias de autoprovisão, esses indivíduos e grupos não usam nenhum dos mecanismos institucionais estabelecidos pela sociedade (ou seja, normas e leis formais), sejam eles dominados pelo setor público, privado ou pelo terceiro setor. Em vez disso, tentam obter melhores resultados por meio de estratégias extraleais ou ilegais. As estratégias de autoprovisão podem pertencer a uma de duas categorias: pagamentos informais (ou ocultos) por serviços e autoprodução de serviços. Os pagamentos informais alteram o esquema de incentivos, o que significa que o pagador cria, de fato, canais de produção alternativos em comparação aos mecanismos legais estabelecidos na sociedade. As duas categorias exigem autofinanciamento e podem, portanto, restringir o estado de bem-estar, bem como aumentar as desigualdades sociais.”
- Mitlin et al., 2019; Satterthwaite et al., 2019.
- Beard et al., 2016.
- UN DESA, 2019; Banco Mundial, 2020b.
- OIT, 2018b.
- Os dados sobre a população que vive em favelas (porcentagem da população urbana) são do Banco Mundial (2018b).
- Chen e Beard, 2018.
- Westphal et al. (2017), usando dados de Erickson e Tempest (2014).
- Beard et al., 2016.
- ONU-Habitat, 2020b.
- Hutton e Haller, 2004; OMS, 2012; WWAP, 2016.
- Venter et al., 2019.
- Westphal et al., 2017: 9–10.
- Kazis, 2011.
- Westphal et al., 2017; Banco Mundial, 2016a.
- AAWSA, 2015; Damania et al., 2017.
- Mcloughlin e Harris, 2013; Mitlin et al., 2019.
- CET, 2017; Venter et al., 2019.
- Brand e Dávila, 2011.
- Governo de Karnataka, 2014.
- Acesse o site da M-KOPA, <http://www.m-kopa.com/>.
- Lines e Makau, 2018; King et al., 2017.
- Mitlin e Muller, 2004; King et al., 2017.
- Para mais informações sobre o Baan Makong, consulte o Community Organizations Development Institute, <https://en.codi.or.th/>.
- Colenbrander et al., 2019; Venter et al., 2019.
- Global Commission on Adaptation, 2019.
- Sutherland et al., 2019; Almansi, 2009.
- Mitlin et al., 2019; Venter et al., 2019.
- Venter et al., 2019.
- Bhaskar, 2019; Safe Water Network, 2016.
- Cervero e Golub, 2007; De la Pena e Albright, 2013; Kumar et al., 2016.
- WSUP, 2019.
- Venter et al., 2019.
- Wihbey, 2017; Chandran, 2018.
- Lines e Makau, 2018.
- OIT, 2020; Racaud et al., 2018.
- Corburn et al., 2020.
- Grupo Banco Mundial, 2015.
- Grupo Banco Mundial, 2015: 26.
- Chen e Beard, 2018.
- OIT e WIEGO 2013.
- Assainar, 2014; Mahawar, 2018.
- Assainar, 2014; Mahawar, 2018.
- PRIA, 2013.
- MHT, 2018, 2019a, 2019b.
- HVT, 2020.
- Roever, 2014.
- OIT e WIEGO, 2013; Kamath et al., 2018.
- Scheinberg et al., 2010; ONU-Habitat, 2010.
- Colenbrander et al., 2019.
- OMS, 2012.
- OMS, 2012.
- Colenbrander et al. (2019), com base em dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- Angel e Loftus, 2019; Bakker, 2007; Karunanathan, 2019; Langford e Russell, 2017; Pestova, 2016.
- Ahluwalia, 2019; Habtemariam et al., 2021; Banco Mundial, 2017.
- Khandker et al., 2014.
- Feltenstein e Dalta, 2020; le Blanc, 2007.
- Mitlin et al., 2019.
- Heymans et al., 2016.
- Trémolet et al., 2007.
- Swope, 2017.
- Bredenoord et al., 2014.
- M-KOPA Solar, 2016.
- Global Commission on Adaptation, 2019.
- Abers et al., 2018.
- Mahendra et al., 2020.
- Seto et al., 2012.
- Brueckner e Sridhar, 2012; Carruthers e Ulfarsson, 2003; Hortas-Rico e Solé-Ollé, 2010; Libertun de Duren e Guerrero Compeán, 2015.
- Smolka e De Cesare, 2006.
- Wihbey, 2017.
- Turok, 2018: 100.
- CoJ, 2004; Tesouro Nacional, 2004; Ochoa et al., 2017; OCDE, 2015.
- King et al., 2017; Mitlin e Muller, 2004.
- Para obter mais informações sobre Baan Makong, consulte o Community Organizations Development Institute, <https://en.codi.or.th/>.
- Bakker et al., 2008; Ngoga, 2019.
- Lall et al., 2017: 29.
- Mahendra e Seto, 2019.
- Habtemariam et al., 2021.
- Kamath et al., 2018; Lwasa e Owens, 2018; Sarmiento et al., 2019.
- AFD e MEDDE, 2014.
- ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.” O ODS 11 inclui metas para promover o acesso de todos a habitação e transporte adequados, seguros e acessíveis, bem como a espaços públicos. Também prevê a urbanização de favelas e processos participativos e integrados de planejamento e gestão para assentamentos humanos. Para saber mais, acesse a página do ODS 11, <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg11>, e da Nova Agenda Urbana, <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>.
- Gulati et al., 2020; ILO, 2015; Just Transition Research Collaborative, 2019; Mahendra et al., 2019.

REFERÊNCIAS

- AAWSA (Addis Ababa Water and Sewerage Authority). 2015. "AAWSA Annual Report (Relatório Anual AAWSA)." Adis Abeba: AAWSA.
- Abers, R., I. Brandão, R. King e D. Votto. 2018. Porto Alegre: Participatory Budgeting and the Challenge of Sustaining Transformative Change (Orçamento participativo e o desafio de sustentar a mudança transformadora). Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- AFD (Agence Française de Développement) e MEDDE (Ministry of Ecology, Sustainable Development and Energy). 2014. Who Pays What for Urban Transport (Quem paga o quê no transporte urbano)? Handbook of Good Practices (Manual de boas práticas). Lyon, França: Cooperation for Urban Mobility in the Developing World (Cooperação para a mobilidade urbana no mundo em desenvolvimento).
- Ahluwalia, I.J. 2019. "Urban Governance in India (Governança Urbana na Índia)." *Journal of Urban Affairs* 41 (1): 83–102.
- Almansi, F. 2009. "Regularizing Land Tenure within Upgrading Programmes in Argentina; the Cases of Promeba and Rosario Hábitat (Regularização Fundiária nos Programas de Desenvolvimento na Argentina; os Casos de Promeba e Rosario Hábitat)." *Environment and Urbanization* 21 (2): 389–413.
- Angel, J. e A. Loftus. 2019. "With-against-and-beyond the Human Right to Water (Com-contra-e-além do direito humano ao saneamento)." *Geoforum* 98 (janeiro): 206–13.
- Angel, S., A.M. Blei, J. Parent, P. Lamson-Hall e N.G. Sanchez. 2016. Areas and Densities (Áreas e densidades). Vol. 1 do Atlas de Expansão Urbana. Nova York: New York University; Nairóbi: United Nations Human Settlements Programme; Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy.
- Assainar, R. 2014. "At the Heart of Dharavi Are 20,000 Mini-Factories (No coração de Dharavi estão 20 mil minifábricas)." *The Guardian*, 25 de novembro. <https://www.theguardian.com/cities/2014/nov/25/dharavi-mumbai-mini-factories-slum>. Acessado em 10 de março de 2021.
- Bakker, K. 2007. "The 'Commons' versus the 'Commodity': Alter globalization, Anti privatization and the Human Right to Water in the Global South ('Bem comum' versus 'Commodity': alterglobalização, antiprivatização e o direito humano ao saneamento no Sul global)." *Antipode* 39 (3): 430–55.
- Bakker, K., M. Kooy, N.E. Shofiani e E.-J. Martijn. 2008. "Governance Failure: Rethinking the Institutional Dimensions of Urban Water Supply to Poor Households (Falha de governança: repensando as dimensões institucionais do abastecimento de água urbana para famílias carentes)." *World Development* 36 (10): 1891–915.
- Beard, V.A., A. Mahendra e M.I. Westphal. 2016. "Towards a More Equal City: Framing the Challenges and Opportunities (Rumo a uma cidade equitativa: definindo os desafios e oportunidades)." Artigo em elaboração. Washington, DC: World Resources Institute.
- Bhaskar, R. 2019. "Tanker Mafia Earning Rs 8,000–10,000 Crore Annually from Water Biz in Mumbai (Tanker Mafia ganhando Rs 8.000-10.000 crore anualmente de Water Biz em Mumbai)." *Money Control*, 5 de junho. <https://www.moneycontrol.com/news/eye-on-india/videos/tanker-mafia-earning-rs-8000-10000-crore-annually-from-water-biz-in-mumbai-4057001.html>. Acessado em 20 de janeiro de 2021.
- Brand, P. e J.D. Dávila. 2011. "Mobility Innovation at the Urban Margins: Medellín's Metrocables ('Inovação da mobilidade nas margens urbanas: os metrocables de Medellín)" *City* 15 (6): 647-61.
- Bredenoord, J., P. Van Lindert e P. Smets, eds. 2014. Affordable Housing in the Urban Global South: Seeking Sustainable Solutions (Moradia acessível nas áreas urbanas do Sul global: em busca de soluções sustentáveis). 1ª ed. Nova York: Routledge.
- Brueckner, J.K. e K.S. Sridhar. 2012. "Measuring Welfare Gains from Relaxation of Land-Use Restrictions: The Case of India's Building-Height Limits (Medindo os ganhos de bem-estar com o relaxamento das restrições de uso do solo: o caso dos limites de altura para os edifícios da Índia)." *Regional Science and Urban Economics* 42 (6): 1061–67.
- Carruthers, J.I., and G.F. Ulfarsson. 2003. "Urban Sprawl and the Cost of Public Services (Expansão urbana e o custo dos serviços públicos)." *Environment & Planning B: Planning and Design* 30 (4): 503–22.
- Cervero, R. e A. Golub. 2007. "Informal Transport: A Global Perspective ('Transporte informal: uma perspectiva global)." *Transport Policy* 14 (6): 445–57.
- CET (Companhia de Engenharia de Tráfego). 2017. Acidentes de trânsito: Relatório anual 2017. São Paulo: Prefeitura de São Paulo.
- Chandran, R. 2018. "With Drones and Satellites, India Gets to Know Its Slums (Com drones e satélites, a Índia começa a conhecer suas favelas)." *Reuters*, 24 de julho. <https://www.reuters.com/article/us-india-landrights-tech/with-drones-and-satellites-india-gets-to-know-its-slums-idUSKBN1KE1DN>. Acessado em 10 de maio de 2021.
- Chen, M. e V. Beard. 2018. "Including the Excluded: Supporting Informal Workers for More Equal and Productive Cities in the Global South (Incluindo os excluídos: apoiando trabalhadores informais em busca de cidades mais equitativas e produtivas no Sul global)." Artigo em elaboração. Washington, DC: World Resources Institute.
- Chen, M.A. e G. Raveendran. 2014. "Urban Employment in India: Recent Trends and Patterns (Trabalho em áreas urbanas na Índia: tendências e padrões recentes)." Artigo em elaboração 7 (estatística). Cambridge, MA: Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (Mulheres no trabalho informal: globalizar e organizar).
- Chu, E., A. Brown, K. Michael, J. Du, S. Lwasa e A. Mahendra. 2019. "Unlocking the Potential for Transformative Climate Adaptation in Cities (Desbloqueando o potencial para medidas transformadoras de adaptação climática nas cidades)." Documento de apoio. Rotterdam, Holanda: Global Commission on Adaptation; Washington, DC: World Resources Institute.
- CODI (Community Organizations Development Institute). 2008. 50 Community Upgrading Projects: CODI Update (50 projetos de atualização da comunidade: atualização do CODI). Bangkok: CODI.
- CoJ (Cidade de Joanesburgo). 2004. Guide to the Urban Development Zone Tax Incentive for the Johannesburg Inner City (Guia de incentivos fiscais da Zona de Desenvolvimento Urbano para o centro da cidade de Joanesburgo). Joanesburgo: CoJ Finance and Economic Development Department.
- Colenbrander, S., L. Lazer, C. Haddaoui, N. Godfrey, A. Lobo, H. Clarkson, R. Huxley, et al. 2019. Climate Emergency, Urban Opportunity: How National Governments Can Secure Economic Prosperity and Avert Climate Catastrophe by Transforming Cities (Emergência climática, oportunidade urbana: como os governos nacionais podem garantir a prosperidade econômica e evitar a catástrofe climática por meio da transformação de cidades). Washington, DC: Coalition for Urban Transitions, World Resources Institute.
- Corburn, J., D. Vlahov, B. Mberu, L. Riley, W.T. Caiaffa, S.F. Rashid e A. Ko. 2020. "Slum Health: Arresting COVID-19 and Improving Well-Being in Urban Informal Settlements (Saúde nas favelas: detendo a Covid-19 e melhorando o bem-estar em assentamentos urbanos informais)." *Journal of Urban Health* 97 (3): 348–57.
- Damania, R., S. Desbureaux, M. Hyland, A. Islam, S. Moore, A.-S. Rodella, J. Russ e E. Zaveri. 2017. Uncharted Waters: The New Economics of Water Scarcity and Variability (Águas desconhecidas: a nova economia da escassez e da variabilidade da água). Washington, DC: Banco Mundial.
- Das, A.K. R. eKing. 2019. Surabaya: The Legacy of Participatory Upgrading of Informal Settlements (Surabaya: o legado da qualificação participativa dos assentamentos informais). Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- de la Pena, B. e R. Albright. 2013. Catalyzing the New Mobility in Cities: A Primer on Innovative Business and Service Models (Catalisando a nova mobilidade nas cidades: uma cartilha sobre modelos de serviços e negócios inovadores). Nova York: Rockefeller Foundation.
- Erickson, P. e K. Tempest. 2014. "Advancing Climate Ambition: How CityScale Actions Can Contribute to Global Climate Goals (Promovendo a ambição climática: como as ações do CityScale podem contribuir para as metas climáticas globais)." Artigo em elaboração 2014-06. Estocolmo: Stockholm Environment Institute.
- Feltenstein, A. e B.K. Dalta. 2020. "Broad-Based Subsidies or Targeted Transfers? Distributional Equity vs Macroeconomic Costs (Subsídios de base ampla ou transferências direcionadas? Patrimônio líquido versus custos macroeconômicos)." *Journal of Economic Policy Reform*: 1–18.
- Florida, R. 2017. The New Urban Crisis: How Our Cities Are Increasing Inequality, Deepening Segregation, and Failing the Middle Class—and What We Can Do About It (A nova crise urbana: como nossas cidades estão aumentando a desigualdade, aprofundando a segregação e prejudicando a classe média — e o que podemos fazer a respeito). Nova York: Basic Books.
- Ghani, E. e R. Kanbur. 2013. "Urbanization and (in)Formalization (Urbanização e (in)formalização)." Artigo em elaboração de Pesquisa de Políticas 6374. Washington, DC: Banco Mundial.
- Glaeser, E. e A. Joshi-Ghani. 2015. The Urban Imperative: Towards Competitive Cities (O imperativo urbano: rumo a cidades competitivas). Nova Delhi: Oxford University Press.
- Global Commission on Adaptation. 2019. Adapt Now: A Global Call for Leadership on Climate Resilience (Adapte-se agora: uma chamada global para a liderança em resiliência climática). Rotterdam, Holanda: Global Center on Adaptation; Washington, DC: World Resources Institute.
- Governo de Karnataka. 2014. "Solar Policy 2014–2021 (Política Solar 2014–2021)." *Bengaluru: Karnataka Gazette*.
- Gulati, M., R. Becqué, N. Godfrey, A. Akhmouch, A. Cartwright, J. Eis, S. Huq, M. Jacobs, R. King e P. Rode. 2020. The Economic Case for Greening the Global Recovery through Cities: 7 Priorities for National Governments (As vantagens econômicas de promover uma recuperação global mais verde por meio das cidades: 7 prioridades para governos nacionais). Washington, DC: Coalition for Urban Transitions, World Resources Institute.
- Habtemariam, L.W., F. Gelaye, J. Du e A. Mahendra. 2021. Water Resilience in a Changing Urban Context: Africa's Challenge and Pathways for Action (Resiliência da água em um contexto urbano em mudança: o desafio da África e os caminhos para a ação). Washington, DC: World Resources Institute.

- Heymans, C., R. Eberhard, D. Ehrhardt e S. Riley. 2016. *Providing Water to Poor People in African Cities Effectively: Lessons from Utility Reforms* (Fornecimento eficaz de saneamento às pessoas carentes em cidades africanas: lições das reformas de serviços públicos). Washington: Banco Mundial.
- Hortas-Rico, M. e A. Solé-Ollé. 2010. "Does Urban Sprawl Increase the Costs of Providing Local Public Services? Evidence from Spanish Municipalities ("A expansão urbana aumenta os custos de prestação de serviços públicos locais? Evidências dos municípios espanhóis)." *Urban Studies* 47 (7): 1513–40.
- Hutton, G. e L. Haller. 2004. *Evaluation of the Costs and Benefits of Water and Sanitation Improvements at the Global Level* (Avaliação dos custos e benefícios das melhorias de água e saneamento em escala global). Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- HVT (High Volume Transport). 2020. "Nigeria Paves the Way to Transport Recovery, but Sustainable Development Needs to Go Faster Say Experts (A Nigéria abre caminho para a recuperação do transporte, mas o desenvolvimento sustentável precisa ser mais rápido, dizem os especialistas)." 15 de outubro. <http://transport-links.com/news/nigeria-paves-the-way-to-transport-recovery-but-sustainable-development-needs-to-go-faster-say-experts/>. Acessado em 9 de agosto de 2021.
- OIT. 2015. *Guidelines for a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All* (Diretrizes para uma transição justa rumo a economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos). Genebra: OIT.
- OIT. 2018b. *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture* (Mulheres e homens na economia informal: uma imagem estatística). 3ª ed. Genebra: OIT.
- OIT. 2020. *World Employment and Social Outlook: Trends 2020* (Trabalho e perspectivas sociais: tendências globais de 2020). Genebra: OIT.
- OIT e WIEGO (Mulheres no trabalho informal: globalizar e organizar). 2013. *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture* (Mulheres e homens na economia informal: uma imagem estatística). 2ª ed. Genebra: OIT.
- Just Transition Research Collaborative. 2019. *Climate Justice from Below: Local Struggles for Just Transition(s)* (Justiça climática vista de baixo: lutas locais por transições justas). Genebra: Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.
- Kamath, L., H. Burte, A. Madhale e R. King. 2018. *Pune: Civil Society Coalitions, Policy Contradictions, and Unsteady Transformation* (Coalizões da sociedade civil, contradições políticas e transformação instável). Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- Karunanathan, M. 2019. "Can the Human Right to Water Disrupt Neoliberal Water Policies in the Era of Corporate Policy-Making? (O direito humano ao saneamento pode interromper as políticas de saneamento neoliberais na era da formulação de políticas corporativas?)" *Geoforum* 98 (janeiro): 244–53.
- Kazis, N. 2011. "What Percent of Your City's Street Space Is Allocated to Non-car Uses? (Que porcentagem do espaço viário da sua cidade é atribuída a outros usos além dos automóveis)." *World Streets*, 4 de março. <https://worldstreets.wordpress.com/2011/03/04/what-percent-of-your-citys-street-space-is-allocated-to-non-car-uses/>. Acessado em 30 de maio de 2018.
- Khandker, S.R., H.A. Samad, Z.K.M. Sadeque, M. Asaduzzaman, M. Yunus e A.K. Enamul Haque. 2014. *Surge in Solar-Powered Homes: Experience in Off-Grid Rural Bangladesh* (Crescimento do volume de casas movidas a energia solar: experiência em uma área rural sem rede em Bangladesh). Washington, DC: Banco Mundial.
- King, R., M. Orloff, T. Virsilas e T. Pande. 2017. "Confronting the Urban Housing Crisis in the Global South: Adequate, Secure, and Affordable Housing ("Confrontando a crise de moradia urbana no Sul global: moradia adequada, segura e acessível a um preço justo)." Artigo em elaboração. Washington, DC: World Resources Institute.
- Kumar, M., S. Singh, A.T. Ghate, S. Pal e S.A. Wilson. 2016. "Informal Public Transport Modes in India: A Case Study of Five City Regions (Meios de transporte público informal na Índia: um estudo de caso de cinco regiões municipais)." *IATSS Research* 39 (2): 102–9.
- Lall, S.V., J.V. Henderson e A.J. Venables. 2017. *Africa's Cities Opening Doors to the World* (Cidades da África abrindo as portas para o mundo). Washington, DC: Banco Mundial.
- Langford, M. e A.F. Russell, eds. 2017. *The Human Right to Water: Theory, Practice and Prospects* (O direito humano ao saneamento: teoria, prática e perspectivas). Cambridge: Cambridge University Press.
- le Blanc, D. 2007. "A Framework for Analyzing Tariffs and Subsidies in Water Provision to Urban Households in Developing Countries (Uma estrutura para analisar tarifas e subsídios no fornecimento de água para famílias urbanas em países em desenvolvimento)." Artigo em elaboração 63. Nova York: Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais.
- Libertun de Duren, N. e R. Guerrero Compeán. 2015. "Growing Resources for Growing Cities: Density and the Cost of Municipal Public Services in Latin America (Recursos crescentes para cidades em crescimento: densidade e custo dos serviços públicos municipais na América Latina)." *Urban Studies* 53 (14): 3082–107.
- Lines, K. e J. Makau. 2018. "Taking the Long View: 20 Years of Muungano Wa Wanavijiji, the Kenyan Federation of Slum Dwellers (Pensando a longo prazo: 20 anos de Muungano Wa Wanavijiji, a Federação Queniana de Moradores de Favelas)." *Environment and Urbanization* 30 (2): 407–24.
- Lwasa, S. e K. Owens. 2018. *Kampala: Rebuilding Public Sector Legitimacy with a New Approach to Sanitation Services* (Reconstruindo a legitimidade do setor público com uma nova abordagem para os serviços de saneamento). Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- Mahadevia, D., M. Pai e A. Mahendra. 2018. *Ahmedabad: Town Planning Schemes for Equitable Development—Glass Half Full or Half Empty?* (Ahmedabad: esquemas de planejamento urbano para o desenvolvimento equitativo — copo meio cheio ou meio vazio?) Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- Mahawar, H. 2018. "Dharavi Is Not Just a Slum, It's a Thriving Hub of Industry (Dharavi não é apenas uma favela, é um centro industrial próspero)." Medium, 23 de maio. <https://medium.com/@hiteshmahawar93/dharavi-is-not-just-a-slum-its-a-thriving-hub-of-industry-27a87f6df3e6>. Acessado em 10 de março de 2021.
- Mahendra, A., R. King, E. Gray, M. Hart, L. Azeredo, L.P. Betti, S. Prakash, et al. 2020. "Urban Land Value Capture in São Paulo, Addis Ababa, and Hyderabad: Differing Interpretations, Equity Impacts, and Enabling Conditions (Arrecadação de valores imobiliários urbanos em São Paulo, Addis Abeba e Hyderabad: interpretações, impactos de equidade e condições de moradia diferentes)." Artigo em elaboração. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy.
- Mahendra, A. e K.C. Seto. 2019. "Upward and Outward Growth: Managing Urban Expansion for More Equitable Cities in the Global South (Crescimento vertical e territorial: gestão da expansão urbana para cidades mais equitativas no Sul global)." Artigo em elaboração. Washington, DC: World Resources Institute.
- McGranahan, G., D. Schensul e G. Singh. 2016. "Inclusive Urbanization: Can the 2030 Agenda Be Delivered without It? (Urbanização inclusiva: a Agenda 2030 pode ser bem-sucedida sem ela?)" *Environment and Urbanization* 28 (1): 13–34.
- Mcloughlin, C. e D. Harris. 2013. *The Politics of Progress on Water and Sanitation in Colombo, Sri Lanka* (A política de progresso para água e saneamento em Colombo, Sri Lanka). Londres: Overseas Development Institute.
- Mehrotra, S. 2019. "Informal Employment Trends in the Indian Economy: Persistent Informality, but Growing Positive Development (Tendências do trabalho informal na economia indiana: informalidade persistente, mas desenvolvimento positivo crescente)." Artigo em elaboração 254. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- MHT (Mahila Housing Trust). 2018. *Promoting Energy Efficient Livelihoods: A Case Study in Home Based Embroidery Work* (Promovendo meios de subsistência com eficiência energética: um estudo de caso em bordado caseiro). Ahmedabad: MHT; Bengaluru: Selco Foundation.
- MHT. 2019a. *Promoting Energy Efficient Livelihoods: A Case of Soldering Iron, Surat* (Promovendo meios de subsistência com eficiência energética: um caso de ferro de solda, Surat). Ahmedabad: MHT; Bengaluru: Selco Foundation.
- MHT. 2019b. *Promoting Energy Efficient Livelihoods: A Case Study in Home Based Grocery Stores* (Promovendo meios de subsistência com eficiência energética: um estudo de caso em mercearias caseiras). Ahmedabad: MHT; Bengaluru: Selco Foundation.
- Mitlin, D., V.A. Beard, D. Satterthwaite e J. Du. 2019. "Unaffordable and Undrinkable: Rethinking Urban Water Access in the Global South (Economicamente inacessível e não potável: repensando o acesso urbano ao saneamento no Sul global)." Artigo em elaboração. Washington, DC: World Resources Institute.
- Mitlin, D. e A. Muller. 2004. "Windhoek, Namibia: Towards Progressive Urban Land Policies in Southern Africa ("Windhoek, Namibia: rumo a políticas progressivas de áreas urbanas na África do Sul)." *International Development Planning Review* 26 (2): 167–86.
- Mizrahi, S. 2011. "Self-Provision of Public Services: Its Evolution and Impact (Autoprovisão de serviços públicos: evolução e impacto)." *Public Administration Review* 72 (2): 285–90.
- M-KOPA Solar. 2016. "M-KOPA Solar." <http://www.m-kopa.com/>. Acessado em 19 de abril de 2016.
- Tesouro Nacional. 2004. "Urban Renewal Tax Incentive Launched in Johannesburg and Cape Town (Incentivo fiscal de renovação urbana lançado em Joanesburgo e na Cidade do Cabo)." Press Release. Pretória: Republic of South Africa (Pretória: República da África do Sul).
- Ngoga, T.H. 2019. *A Quick, Cost-Effective Approach to Land Tenure Regularisation: The Case of Rwanda* (Uma abordagem rápida e econômica para a regularização fundiária: o caso de Ruanda). Londres: International Growth Centre.
- Nijman, J. e Y.D. Wei. 2020. "Urban Inequalities in the 21st Century Economy (Desigualdades urbanas na economia do século XXI)." *Applied Geography* 117 (abril): 102188.

- Ochoa, R., T. Guerrero e G. Velasco. 2017. "Housing Manufacturing in Mexico: Building Efficient Houses in Inefficient Locations? (Fabricação de moradias no México: construindo casas eficientes em locais ineficientes?)" *Procedia Manufacturing* 8: 89–95.
- OCDE. 2015. *Revisões da política urbana da OCDE: México 2015: transformando a política urbana e o financiamento habitacional*. Paris: OCDE.
- Pestova, N. 2016. "The Human Right to Water in the City Context: Insights from Domestic Litigation (O direito humano ao saneamento no contexto da cidade: percepções do litígio doméstico)." In *Global Urban Justice*, editado por B. Oomen, M.F. Davis e M. Grigolo, 157–76. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pieterse, E. e K. Owens. 2018. *Johannesburg: Confronting Spatial Inequality (Joanesburgo: confrontando a desigualdade espacial)*. Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- PRIA (Participatory Research in Asia). 2013. *Contribution of Urban Informal Settlement Dwellers to Urban Economy in India (Contribuição dos moradores de assentamentos informais urbanos para a economia urbana na Índia)*. Nova Delhi: PRIA.
- Racaud, S., J. Kago e S. Owuor. 2018. "Introduction: Contested Street: Informal Street Vending and Its Contradictions (Introdução: Rua disputada: venda informal nas ruas e suas contradições)." *Articulo—Journal of Urban Research* 17–18.
- Ravallion, M., S. Chen e P. Sangraula. 2007a. "New Evidence on the Urbanization of Global Poverty (Novas evidências sobre a urbanização da pobreza global)." *Population and Development Review* 33 (4): 667–702.
- Ravallion, M., S. Chen e P. Sangraula. 2007b. "The Urbanization of Global Poverty (A urbanização da pobreza global)." *World Bank Research Digest* 1 (4): 1, 8.
- Roever, S. 2014. *Informal Economy Monitoring Study Sector Report: Street Vendors (Relatório setorial de estudo sobre o monitoramento da economia informal: vendedores ambulantes)*. Cambridge, MA: Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (Mulheres no trabalho informal: globalizar e organizar).
- Safe Water Network. 2016. *Drinking Water Supply for Urban Poor: City of Mumbai (Abastecimento de água potável para a população urbana de baixa renda: cidade de Mumbai)*. Nova Delhi: Safe Water Network; Washington, DC: United States Agency for International Development.
- Sarmiento, C., S. Alveano e R. King. 2019. *Guadalajara: Revisiting Public Space Interventions through the Via Recreativa (Guadalajara: revisitando as intervenções no espaço público por meio da Via Recreativa)*. Estudo de caso do World Resources Report. Washington, DC: World Resources Institute.
- Satterthwaite, D., V.A. Beard, D. Mitlin e J. Du. 2019. "Untreated and Unsafe: Solving the Urban Sanitation Crisis in the Global South (Não tratado e insalubre: solucionando a crise de saneamento urbano no Sul global)." *Artigo em elaboração*. Washington, DC: World Resources Institute.
- Scheinberg, A., M. Simpson e Y. Gupta. 2010. *Economic Aspects of the Informal Sector in Solid Waste Management (Aspectos econômicos do setor informal na gestão de resíduos sólidos)*. Eschborn, Germany: German Technical Cooperation and Collaborative Working Group on Solid Waste Management in Low- and Middle-income Countries (Eschborn, Alemanha: cooperação técnica alemã e grupo de trabalho colaborativo sobre gestão de resíduos sólidos em países de baixa e média renda).
- Seto, K.C., B. Güneralp e L.R. Hutyra. 2012. "Global Forecasts of Urban Expansion to 2030 and Direct Impacts on Biodiversity and Carbon Pools (Previsões globais de expansão urbana até 2030 e impactos diretos na biodiversidade e nas reservas de carbono)." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 109 (40): 16083–88.
- Smolka, M.O. e C.M. De Cesare. 2006. "Property Taxation and Informality: Challenges for Latin America (Tributação de propriedade e informalidade: desafios para a América Latina)." *Land Lines* 18 (3): 14–19.
- Sutherland, C., D. Roberts e J. Douwes. 2019. "Constructing Resilience at Three Scales: The 100 Resilient Cities Programme, Durban's Resilience Journey and Water Resilience in the Palmiet Catchment (Criando resiliência em três escalas: programa das 100 cidades resilientes, jornada de resiliência de Durban e resiliência da água na Bacia de Palmiet)." *Human Geography* 12 (1): 33–49.
- Swope, C. 2017. "Lessons Learned from Mexico City's First Green Bond (Lições aprendidas com o primeiro título verde da Cidade do México)." *GreenBiz*, 3 de abril. <https://www.greenbiz.com/article/lessons-learned-mexico-citys-first-green-bond>. Acessado em 9 de agosto de 2021.
- Trémolet, S., R. Cardone, C. da Silva e C. Fonseca. 2007. "Innovations in Financing Urban Water and Sanitation (Inovações no financiamento de água e saneamento urbano)." Documento preparado para o Rockefeller Foundation Global Urban Summit, "Financing Shelter, Water and Sanitation (Financiando abrigo, água e saneamento)." Nova York: Center for Sustainable Urban Development, Columbia University.
- Turok, I. 2018. "Urbanisation and Development: Reinforcing the Foundations (Urbanização e desenvolvimento: reforçando as fundações)." In *Routledge Companion to Planning in the Global South*, editado por G. Bhan, S. Srinivas e V. Watson, Capítulo 7. Londres: Routledge.
- Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. 2019. *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (Perspectivas de urbanização mundial: a análise de 2018)*. Nova York: United Nations.
- ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos). 2010. *State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide (Situação das Cidades no Mundo 2010/2011: construindo pontes sobre as rupturas urbanas)*. Nairóbi: ONU-Habitat.
- ONU-Habitat. 2020b. *World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization (Relatório Global das Cidades 2020: o valor da urbanização sustentável)*. Nairóbi: ONU-Habitat.
- Venter, C., A. Mahendra e D. Hidalgo. 2019. "From Mobility to Access for All: Expanding Urban Transportation Choices in the Global South (Da mobilidade ao acesso para todos: expansão das opções de transporte urbano no Sul global)." *Artigo em elaboração*. Washington, DC: World Resources Institute.
- Watson, V. 2009a. "The Planned City Sweeps the Poor Away . . . : Urban Planning and 21st Century Urbanisation (A cidade planejada varre a população de baixa renda... planejamento urbano e urbanização no século XXI)." *Progress in Planning* 72 (3): 151–93.
- Westphal, M.I., S. Martin, L. Zhou e D. Satterthwaite. 2017. "Powering Cities in the Global South: How Energy Access for All Benefits the Economy and the Environment (Abastecendo as cidades no Sul global: como o acesso à energia para todos beneficia a economia e o meio ambiente)." *Artigo em elaboração*. Washington, DC: World Resources Institute.
- OMS. 2012. *Global Costs and Benefits of Drinking-Water Supply and Sanitation Interventions to Reach the MDG Target and Universal Coverage (Custos e benefícios globais do abastecimento de água potável e intervenções de saneamento para atingir a meta dos ODMs e cobertura universal)*. Genebra: OMS.
- Wihbey, J. 2017. "The Drone Revolution: UAV-Generated Geodata Drives Policy Innovation (A Revolução dos Drones: geodados gerados por veículos aéreos não identificados impulsionam a inovação política)." *Land Lines* 18 (4): 15–21.
- Banco Mundial, 2016a. (Banco de dados.) *World Development Indicators*. <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>. Acessado em 9 de agosto de 2021.
- Banco Mundial. 2017. "Preparing Mexico's Urban Transport Sector for a Low-Carbon Transition (Preparando o setor de transporte urbano do México para uma transição de baixo carbono)." 6 de abril. <https://www.worldbank.org/en/results/2017/04/06/preparing-mexico-urban-transport-sector-low-carbon-transition>. Acessado em 20 de janeiro de 2021.
- Banco Mundial, 2018a. *Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle (Pobreza e prosperidade compartilhada 2018: juntando as peças do quebra-cabeça da pobreza)*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial, 2018b. (Banco de dados.) *World Development Indicators*. <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>. Acessado em 15 de janeiro de 2021.
- Banco Mundial, 2020b. *Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune (Pobreza e prosperidade compartilhada 2020: a sorte mudou)*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Grupo Banco Mundial. 2015. *Competitive Cities for Jobs and Growth: What, Who, and How. (Cidades competitivas para empregos e crescimento: o quê, quem e como)*. Washington, DC: Banco Mundial.
- WSUP (Water & Sanitation for the Urban Poor). 2019. *Running Dry: Tackling the Myths about Urban Water and Sanitation (Esgotando os recursos: combatendo os mitos sobre água e saneamento urbano)*. Londres: WSUP.
- WWAP (Programa Mundial de Avaliação da Água da ONU). 2016. *O Relatório de Desenvolvimento Mundial da Água das Nações Unidas de 2016. Água e empregos*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

CRÉDITOS DAS FOTOS

Capa, cenas desiguais; Pág ii, Ted McGrath; Pág 3, Sarel Kromer via Flickr; Pág 10, Via RecreActiva Guadalajara; Pág 14, Adam Cohn; Pág 16, WRI Ross Center for Sustainable Cities; Pág 25, Arkady Lukashov; Pág 27, WRI Ross Center for Sustainable Cities

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas a quem agradecer em um esforço deste tamanho. Agradecemos a Laura Malaguzzi Valeri e Maria Hart por fornecerem comentários sobre os vários rascunhos deste relatório. Agradecemos também aos revisores internos e externos que ajudaram a fortalecer o relatório. Os revisores internos foram Manish Bapna, Thiago Guimarães, Anne Maassen, Perna Mehta, Carlos Muñoz-Piña, Nirarta Samadhi e Rogerio Studart. Os revisores externos foram Judy Baker, Robert Buckley, Billy Cobbett, Nora Libertun de Duren, Astrid Haas, Rubbina Karruna, Rory Moody, Diana Mitlin, Vidyadhar Phatak, Meenu Tewari, Sameh Wahba e Jorge Wolpert.

Estamos profundamente gratos aos 26 coautores dos artigos anteriores da série *“Rumo a uma cidade equitativa”*: Rebecca Abers, Saúl Alveano, Igor Brandão, Himanshu Burte, Martha Chen, Ashok Das, Dario Hidalgo, Lalitha Kamath, Shuaib Lwasa, Avinash Madhale, Darshini Mahadevia, Diana Mitlin, Mariana Orloff, Kate Owens, Madhav Pai, Tejas Pande, Diego Pérez, Edgar Pieterse, Carolina Sarmiento, David Satterthwaite, Karen Seto, Christo Venter, Terra Virsilas, Daniely Votto, Michael Westphal e Lihuan Zhou. Também somos gratos aos 131 revisores internos e externos dos 15 artigos publicados anteriormente como parte da série. A leitura dessas pessoas ajudou a melhorar nossa pesquisa e aprimorar nossos resultados.

Gostaríamos de agradecer aos participantes do workshop realizado em dezembro de 2019, *“Rumo a uma cidade equitativa: Um workshop para agentes da mudança nas cidades da Índia”*: O.P. Agarwal, Samrat Basak, Amit Bhatt, Bharti Bhonsale, Shahana Chattaraj, Shivani Chaudhry, Andre Aranha Correa do Lago, Vandana Chauhan, Dnyanada Deshpande, Jaya Dhindaw, Marie Duraisami, Pedro Ivo Ferraz da Silva, Chirag Gajjar, Kavneet Kaur, Manzoor Khan, Komal Khatri, Ashok Khosla, Felix Knopf, Sebastien Louvet, Rejeet Mathews, Perna Mehta, Priyanka Mohanty Ajay Nagpure, Vaishali Nandan, Manika Negi, Zeenat Niazi, Leona Nunes, Madhav Pai, Tikender Panwar, Lubaina Rangwala, Jyoti Sharma, Shakti Sinha, Aman Srivastava, Shikha Srivastava, Kanak Tiwari, Madhu Verma e Kamlesh Yagnik. Gostaríamos também de agradecer à equipe do escritório do WRI Índia, que nos ajudou a realizar um workshop bem-sucedido: O.P. Agarwal, Jaya Dhindaw Rejeet Mathews, Perna Mehta, Leona Nunes e Madhav Pai.

Agradecemos também aos participantes do webinar realizado em março de 2020, *“Rumo a uma cidade equitativa: Um workshop para agentes da mudança nas cidades da África”*: Gashaw Abera, Iman Abubaker, Zaheer Allam, Elleni Ashebir,

Chris Buckley, Bizuneh Gultu, Leo Horn-Phathanthai, Shuaib Lwasa, Wanjira Mathai, Haileselassie Medhin, Frederick Mugisa, Mokom Njang, Gaetan Siew, Revo Twinomihongi, Rogier van den Berg, Jane Weru, Liku Workalemahu, Kofi Yeboah, Edlam Yemeru e Abebe Zelue. Agradecemos à nossa equipe no escritório do WRI África, que nos ajudou a realizar um workshop bem-sucedido: Iman Abubaker, Elleni Ashebir e Wubanchi Tesso Wakoya.

Agradecemos à Equipe Executiva do WRI Ross Center por sua orientação e apoio: Claudia Adriaola-Steil, Elleni Ashebir, Sergio Avelleda, Daniela Facchini, Aklilu Fikresilassie, Leo Horn-Phathanthai, Toni Lindau, Adriana Lobo, Clay Nessler, Madhav Pai, Katherine Roboff, Tini Tran, Rogier van den Berg, Sebastian Varela Contador, Ben Welle e Gunes Yerli. Também agradecemos aos principais membros (atuais e antigos) da Equipe Executiva do WRI por fornecerem contribuições valiosas ao longo dos anos: Manish Bapna, Janet Ranganathan, Lawrence MacDonald e Andrew Steer.

Somos muito gratos a Emily Matthews, Kathleen Schalch e Lauri Scherer por seu apoio editorial e à equipe da Graphicacy, incluindo Carni Klirs e Jeff Osborn, por seu trabalho no desenvolvimento dos gráficos interativos do relatório. Agradecemos a Ben Oldenburg por seu trabalho de ilustração. Agradecemos a Emma Pearlstone por sua grande ajuda para colocar este relatório na linha de chegada. Agradecemos também a Maeve Weston, Carolina Marques De Mesquita, Kira Austin, Rivvy Eisenberg, Maria Hart e Alison Yue por manter este trabalho em andamento. Agradecemos à nossa equipe de comunicação, incluindo Schuyler Null, Hillary Smith, Tini Tran e Becca Warner, que ajudaram com as mensagens e divulgação, bem como Shannon Collins, Bill Dugan, Rosie Ettenheim e Romain Warnault por seu trabalho nos gráficos e layout. Agradecemos também a Craig Brownstein, Lauren Zelin e Michael Oko por seu apoio no engajamento com a imprensa.

Agradecemos ao Escritório de Relações Exteriores, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO; antigo Departamento para o Desenvolvimento Internacional, DFID) por financiar a série World Resources Report e este relatório. Também agradecemos o apoio de nossos parceiros estratégicos institucionais que fornecem recursos para o WRI: o Ministério de Relações Exteriores da Holanda, o Ministério Real de Relações Exteriores da Dinamarca e a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.

SOBRE ESTE VOLUME DO WORLD RESOURCES REPORT

Este é o relatório-síntese de uma série de artigos que compõem o World Resources Report: *Rumo a uma cidade equitativa*. Para acessar a versão digital deste relatório, outros artigos da série e os materiais de apoio, acesse www.citiesforall.org.

Financiadores

Agradecemos profundamente aos seguintes doadores por seu generoso apoio financeiro:

Escritório de Relações Exteriores, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO)
Stephen M. Ross Philanthropies
Ministério dos Assuntos Exteriores da Dinamarca
Departamento Irlandês de Relações Exteriores e Comércio
Ministério dos Assuntos Exteriores dos Países Baixos
Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Sobre o WRI Ross Center For Sustainable Cities

O WRI Ross Center for Sustainable Cities é o programa do World Resources Institute dedicado a moldar um futuro em que as cidades funcionem melhor para todos. O programa trabalha para viabilizar cidades mais conectadas, compactas e coordenadas. O Centro amplia a experiência em transporte e desenvolvimento urbano da rede EMBARQ para catalisar soluções inovadoras em outros setores, incluindo qualidade do ar, água, edificações, uso do solo e energia. O trabalho combina a excelência em pesquisa do WRI com duas décadas de impacto local — por meio de uma rede de mais de 370 especialistas no Brasil, China, Colômbia, Etiópia, Índia, México, Turquia e Estados Unidos — para tornar cidades ao redor do mundo lugares melhores para se viver. Mais informações em www.wrirosscities.org.

Sobre o World Resources Institute

O World Resources Institute é uma organização global de pesquisa que transforma grandes ideias em ações para promover a proteção do meio ambiente, oportunidades econômicas e o bem-estar humano.

Nosso desafio

Os recursos naturais são a base das oportunidades econômicas e do bem-estar humano. Hoje, porém, estamos esgotando os recursos da Terra em taxas insustentáveis, colocando em perigo as economias e a vida das pessoas. As pessoas dependem de água limpa, terra fértil, florestas saudáveis e clima estável. Cidades habitáveis e energia limpa são fundamentais para um planeta sustentável. Precisamos solucionar esses desafios globais urgentes ainda nesta década.

Nossa visão

Temos como visão um planeta equitativo e próspero, movido pela gestão sábia dos recursos naturais. Temos a ambição de criar um mundo no qual governos, empresas e comunidades atuem juntos para eliminar a pobreza e manter o meio ambiente saudável para todos.

Nossa abordagem

Contar

Começamos pelos dados. Conduzimos pesquisas independentes e usamos as tecnologias mais recentes para desenvolver novas percepções e recomendações. Nossa análise rigorosa identifica riscos, revela oportunidades e embasa estratégias inteligentes. Concentramos nossos esforços em economias emergentes influentes, nas quais o futuro da sustentabilidade será determinado.

Mudar

Usamos nossas pesquisas para influenciar políticas governamentais, estratégias de negócios e ações da sociedade civil. Testamos projetos com comunidades, empresas e agências governamentais para desenvolver uma base sólida de evidências. Trabalhamos com parceiros para promover mudanças reais na vida das pessoas que amenizem a pobreza e fortaleçam a sociedade. Cobramos responsabilidade de nós mesmos para garantir que os resultados sejam robustos e duradouros.

Multiplicar

Não pensamos pequeno. Uma vez testados os projetos, trabalhamos com parceiros para multiplicar nossos esforços em escala regional e global. Atuamos junto a tomadores de decisão para concretizar nossas ideias e aumentar nosso impacto. Medimos o sucesso por meio de ações de empresas e governos que melhorem a vida das pessoas e mantenham o meio ambiente seguro.

Cada relatório do World Resources Institute apresenta uma perspectiva oportuna e acadêmica a respeito de assuntos de preocupação pública. O WRI assume a responsabilidade de escolher os tópicos de estudo e garantir aos autores e pesquisadores liberdade de pesquisa. Também solicita e responde à orientação de grupos consultivos e revisores especializados. A menos que haja indicação contrária, todas as interpretações e resultados apresentados nas publicações do WRI são aquelas dos autores.

Os mapas são para fins ilustrativos e não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do WRI sobre o status legal de qualquer país ou território, ou sobre a delimitação de fronteiras ou limites.



WORLD
RESOURCES
INSTITUTE

10 G STREET NE
SUITE 800
WASHINGTON, DC 20002, EUA
+1 (202) 729-7600
WWW.WRI.ORG